cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2023.05.18 06:26:56 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 18 de maio de 2023 • Nº 1562 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

Maio lusófono

PÁGINA 11

LAVAGEM DE DINHEIRO

STF tem dois votos para condenar Collor

O Supremo Tribunal Federal (STF) registrou ontem dois votos a favor da condenação do ex-senador Fernando Collor por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Além do relator, ministro Edson Fachin, que se manifestou no início da sessão pela condenação a 33 anos e 10 meses de prisão, Alexandre de Moraes também votou pela condenação, mas ainda não se manifestou sobre a pena final. Dois ex-assessores de Collor também podem ser condenados. Após os votos dos ministros, a sessão foi encerrada e será retomada hoje. A Corte julga uma ação penal aberta em agosto de 2017. Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), o ex-presidente da República teria recebido propina pela influência política na BR Distribuidora. Os crimes teriam ocorrido entre 2010 e 2014. No entendimento do Moraes, Collor e outros dois assessores solicitaram propina ao delator Ricardo Pessoa, ex-diretor da UTC Engenharia, em troca de vantagens indevidas. PÁGINA 11

COMÉRCIO

Vendas crescem mais de 3% ante março de 2022

O volume de vendas do comércio varejista brasileiro teve alta de 0,8% em março deste ano, na comparação com fevereiro, quando houve estabilidade. Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O varejo cresceu 1,5% na média móvel trimestral, 3,2% na comparação com março de 2022, 2,4% no acumulado do ano e 1,2% no acumulado de 12 meses. Apesar da alta no setor, 4 das 8 atividades pesquisadas tiveram queda na passagem de fevereiro para março: tecidos, vestuário e calçados (-4,5%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2,2%), livros, jornais, revistas e papelaria (-0,6%) e combustíveis e lubrificantes (-0,1%). PÁGINA 2

TETO DE GASTOS

Câmara aprova regime de urgência para o arcabouço

LULA MARQUES/ABRASIL

Em um primeiro teste de apoio dos parlamentares ao novo arcabouço fiscal apresentado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a Câmara dos Deputados aprovou por 367 votos a 102 a urgência do projeto de lei complementar que cria novas regras para a gestão das contas públicas. O regime de urgência ainda não é a votação do mérito da proposta e significa, na prática, que o texto ganha prioridade na tramitação em relação a outros projetos em andamento na Casa. A proposta é uma das prioridades da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**). Na última segunda-feira, representantes do governo e lideranças partidárias acertaram que a apreciação do conteúdo do projeto ocorrerá na semana que vem. Se aprovado, o texto ainda precisa passar pelo Senado. O relator da proposta, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), apresentou seu parecer com mudanças que buscam endurecer a regra, como a inclusão de gatilhos de ajuste das contas em caso de descumprimento das metas e o enxugamento da lista de despesas que ficarão fora do novo limite de gastos. Entre os gatilhos está a proibição à concessão de novas renúncias fiscais e à adoção de medidas que impliquem reajuste de despesa obrigatória acima da inflação. Por outro lado, Cajado blindou algumas despesas obrigatórias do alcance desses gatilhos, como aquelas atreladas ao salário mínimo. PÁGINA 2

EQUADOR

Lasso dissolve Parlamento e convoca novas eleições

O presidente do Equador, Guillermo Lasso, dissolveu ontem a Assembleia Nacional, hoje controlada pela oposição, e convocou novas eleições presidenciais e legislativas para interromper um processo de impeachment contra ele, motivado por acusações de desvio de dinheiro. A medida está prevista na Constituição do país, mas nunca havia sido utilizada antes. Ela permite que o presidente governe por decreto até que um novo pleito seja realizado, em até seis meses —na prática, de acordo com analistas, esse prazo pode se estender a oito meses devido aos ritos eleitorais. A ferramenta, chamada de "morte cruzada", pode ser acionada em três casos. PÁGINA 12

CORRUPÇÃO

LULA MARQUES/ABRASIL

Advogados pedem que Deltan Dallagnol seja investigado

O grupo Prerrogativas apresentou uma petição à Procuradoria-Geral da República (PGR) pedindo que Deltan Dallagnol (**foto**) seja investigado por uma série de fatos elencados pelo deputado federal Glauber Rocha (PSOL-RJ) em discurso no plenário da Câmara. O deputado questionou, entre outras coisas, se "é verdade" que Dalagnoll "adquiriu dois apartamentos, de 400 metros quadrados cada um, no edifício Plymouth Hills, em Curitiba, o primeiro comprado por R$ 1,8 milhão, quando o preço de avaliação do prédio era de R$ 2,3 milhões, e o outro foi comprado em leilão em nome de sua esposa por R$ 2 milhões". Perguntou também, no discurso, se o ex-deputado, cassado, "comprou quatro lojas da Hering em shoppings de Curitiba, todas em nome de seus familiares". PÁGINA 11

INDICADORES

IBOVESPA: -0,77% / 108.193,68 / -835,44 / Volume: R$ 28.457.507.635 / Negócios: 4.259.698

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
HAPVIDA ON NM	3.41	+8.25	+0.26
REDE D OR ON NM	27.800	+6.72	+1.750
RAIZEN PN N2	3.240	+3.18	+0.100
PETROBRAS PN N2	26.30	+2.49	+0.64
PETROBRAS ON N2	29.20	+2.24	+0.64

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MAGAZ LUIZA ON NM	3.38	–22.83	–1.00
BRF SA ON NM	6.64	–9.17	–0.67
3R PETROLEUMON NM	30.440	–7.53	–2.480
CVC BRASIL ON NM	2.94	–6.67	–0.21
VIA ON NM	2.04	–6.42	–0.14

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	26.30	+2.49	+0.64
VALE ON NM	67.64	–2.06	–1.42
MAGAZ LUIZA ON NM	3.38	–22.83	–1.00
PETROBRAS ON N2	29.20	+2.24	+0.64
HAPVIDA ON NM	3.41	+8.25	+0.26

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.012,14	-1,01
NASDAQ Composite	12.343,052	-0,18
Euro STOXX 50	4.317,7	+0,06
CAC 40	7.406,01	-0,16
FTSE 100	7.751,08	-0,34
DAX 30	15.897,93	-0,12

Salário mínimo	R$ 1.302,00	**IGP-M**	-0,95% (abr.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,61% (abr.)	Compra: 5,4116	Venda: 5,5916
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(03/05)	13,75%	0,56	até o dia 16/mai.	Compra: 4,9116	Venda: 4,9122
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(16/5)	0,72%	BM&F/grama	R$ 311,00	Compra: 4,9432	Venda: 4,9432
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(05/2023)	0,2423%	Compra: 5,3697	Venda: 5,3704	Compra: 4,9473	Venda: 5,1273

Economia

MERCADOS

Bolsa sobe puxada por ações da Vale; dólar cai com EUA no radar

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) voltou a fechar em alta ontem impulsionada pelas ações da Vale, que foram beneficiadas pelos contratos futuros do minério de ferro.

Já o dólar começou a sessão subindo, mas passou a cair no início da tarde, em meio a negociações sobre a elevação do teto da dívida nos Estados Unidos.

O Ibovespa (Índice Bovespa) subiu 1,17%, a 109.459 pontos, enquanto o dólar caiu 0,14%, a R$ 4,935.

As ações da Vale subiram 3,41% e ficaram entre as mais negociadas da sessão, apoiando a Bolsa brasileira, após os contratos futuros do minério de ferro nas Bolsas de Dalian e Singapura terem subido ao nível mais alto em quase três semanas.

Altas de B3 (2,03%) e Banco do Brasil (0,16%) também ajudaram o Ibovespa a fechar no positivo. Azul (14,89%), Renner (9,66%) e Gol (9,02%) tiveram os maiores ganhos da sessão.

Do lado contrário, a Petrobras registrou perdas desde o início do dia e fechou com queda de 2,24% nas ações preferenciais e 0,51% nas ordinárias, mesmo com a alta do petróleo no exterior, após um dia de ganhos depois do anúncio de sua nova política de preços.

Os juros futuros de longo prazo no país continuaram subindo levemente. Os contratos com vencimento para janeiro de 2025 foram de 11,7% para 11,72%, enquanto os para 2026 saíram de 11,19% para 11,21%. No curto prazo, os de vencimento em 2024 mantiveram-se estáveis em 11,3%.

Em Nova York, o KBW Regional Banking Index, índice que mede o desempenho de bancos regionais americanos, teve alta de 7,28%, depois de perder 1,87% na sessão anterior.

Já o Dow Jones, o S&P 500 e o Nasdaq subiram 1,24%, 1,19% e 1,28%, respectivamente.

TETO DE GASTOS

Câmara aprova regime de urgência para o arcabouço

Em um primeiro teste de apoio dos parlamentares ao novo arcabouço fiscal apresentado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a Câmara dos Deputados aprovou por 367 votos a 102 a urgência do projeto de lei complementar que cria novas regras para a gestão das contas públicas.

O regime de urgência ainda não é a votação do mérito da proposta e significa, na prática, que o texto ganha prioridade na tramitação em relação a outros projetos em andamento na Casa. A proposta é uma das prioridades da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na última segunda-feira, representantes do governo e lideranças partidárias acertaram que a apreciação do conteúdo do projeto ocorrerá na semana que vem. Se aprovado, o texto ainda precisa passar pelo Senado.

O relator da proposta, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), apresentou seu parecer com mudanças que buscam endurecer a regra, como a inclusão de gatilhos de ajuste das contas em caso de descumprimento das metas e o enxugamento da lista de despesas que ficarão fora do novo limite de gastos.

Entre os gatilhos está a proibição à concessão de novas renúncias fiscais e à adoção de medidas que impliquem reajuste de despesa obrigatória acima da inflação.

Por outro lado, Cajado blindou algumas despesas obrigatórias do alcance desses gatilhos, como aquelas atreladas ao salário mínimo.

A pedido de Lula, porém, o relatório diz expressamente que a política não será impactada pelos gatilhos.

O relator também decidiu conceder na largada uma expansão maior dos gastos em 2024, primeiro ano de vigência da nova regra. O limite vai crescer 2,5% acima da inflação, teto da margem estabelecida no marco fiscal (que é de 0,6% a 2,5% ao ano).

Líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE) elogiou relator do texto e disse que ele "teve uma paciência do tamanho da paciência do ministro Haddad" para dialogar com todos os partidos.

Haddad defende corte de gastos tributários em audiência na Câmara

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), disse que um gasto orçamentário importante para a trajetória é o relacionado às taxas reais de juros e defendeu que o Congresso olhe para os gastos tributários em buscas de cortes.

"As estimativas são de R$ 740 bilhões (estimado para 2023). Vejam que curiosidade, gasto tributário injustificado aumenta o juro real. É o desequilíbrio das contas públicas promovido pelo gasto tributário injustificado que faz com que o BC suba os juros pela insustentabilidade da dívida pública", avaliou em audiência realizada ontem na Câmara dos Deputados.

De acordo com o ministro, esses gastos somados aos R$ 600 bilhões em gastos tributários deveriam estar na mira do Congresso para ver onde é possível cortar.

O gasto tributário injustificado está sendo cortado e isso que permitirá o equilíbrio orçamentário e redução de juro", opinou.

Haddad fez as ponderações em resposta a questionamentos de deputados de oposição em relação ao BC (Banco Central) e às críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao presidente do BC, Roberto Campos Neto.

"Grandes empresários estão fazendo esse debate, será que estão desrespeitando a autonomia do banco? Não, estão ponderando sobre a realidade concreta do empresário, trabalhador. Democracia é isso, poder falar, emitir opinião", disse Haddad.

Ele afirmou ainda que os juros chegaram a 13,75% por causa dos gastos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na eleição e que o governo do PT começou a corrigir a "confusão fiscal"

COMPETITIVIDADE

Brasil ficou caro antes de ficar rico, diz Alckmin

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que o Brasil se tornou caro para investimentos antes de ser um país rico. Alckmin participou, ontem, em Brasília, da abertura do 1º Fórum de Competitividade, evento promovido pelo Movimento Brasil Competitivo e pela Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo.

"Precisamos agir nas causas do baixo crescimento", disse. "O Custo Brasil não é uma causa só, mas um conjunto de fatores que tornaram o Brasil caro antes de ser rico. Normalmente os pais ricos são mais caros, nós ficamos caro antes de ser rico. Então essa agenda de competitividade é muito importante", acrescentou.

Custo Brasil é um termo que descreve o conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que encarecem e comprometem novos investimentos pelas empresas e pioram o ambiente de negócios no país. Ou seja, é a despesa adicional que as empresas brasileiras têm de desembolsar para produzir no país, em comparação com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em Estudo realizado pelo governo federal, em parceria com o Movimento Brasil Competitivo, em 2019, esse Custo Brasil foi estimado em R$ 1,5 trilhão, ou 22% do Produto Interno Bruto brasileiro.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Alckmin, o sistema tributário brasileiro é muito complexo e a reforma tributária deve ser votada no Congresso o quanto antes para melhorar a segurança jurídica e atrair investimentos. "Estou otimista, eu acho que o projeto está maduro, foi bastante debatido. Reformas têm que aprovar no primeiro ano [do governo], se perdeu o primeiro ano, passou, é agora que tem que votar. Eu acho que ela não é uma obra acabada e perfeita, mas ela vai ajudar muito (na competitividade) porque ela traz eficiência econômica, simplificação e ajuda nas exportações", disse.

Ele citou ainda o arcabouço fiscal, que também está para ser votado no Congresso, e que deve ajudar na redução da inflação e das taxas de juros do país. Ao propor o controle dos gastos e redução da dívida pública, o marco fiscal pode impactar as expectativas de mercado para a inflação, fator levado em conta pelo Banco Central na decisão sobre os juros básicos da economia e a política monetária.

Entre outras questões que devem ser observadas para melhorar a competitividade do país, Alckmin falou sobre a formação de recursos humanos, os investimentos em pesquisa e inovação e a sustentabilidade e agregação de valor das cadeias produtivas.

O vice-presidente Alckmin assumiu hoje a Presidência, com a viagem do presidente Lula ao Japão, onde participa como convidado da Cúpula do G7, grupo das sete maiores economias do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

CONSULTA PÚBLICA

Segundo o vice-presidente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) abriu uma consulta pública sobre competitividade e regulação, para que os agentes dos diversos setores econômicos apontem os problemas nesses temas. As contribuições podem ser enviadas até hoje, por meio da plataforma Participa +Brasil. O material servirá de base para a elaboração do Plano de Redução do Custo-Brasil 2023-2026, que tem por objetivo de implementar melhorias regulatórias, com a remoção ou revisão de normas que imponham barreiras à atividade econômica, tanto no nível legal quanto infralegal.

IBGE

Vendas do comércio crescem mais de 3% ante março de 2022

VITOR ABDALA/ABRASIL

O volume de vendas do comércio varejista brasileiro teve alta de 0,8% em março deste ano, na comparação com fevereiro, quando houve estabilidade. Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O varejo cresceu 1,5% na média móvel trimestral, 3,2% na comparação com março de 2022, 2,4% no acumulado do ano e 1,2% no acumulado de 12 meses.

Apesar da alta no setor, quatro das oito atividades pesquisadas pelo IBGE tiveram queda na passagem de fevereiro para março: tecidos, vestuário e calçados (-4,5%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2,2%), livros, jornais, revistas e papelaria (-0,6%) e combustíveis e lubrificantes (-0,1%).

O setor de supermercados, alimentos, bebidas e fumo manteve-se estável. A alta do varejo foi puxada por apenas três segmentos: equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (7,7%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,7%) e móveis e eletrodomésticos (0,3%).

"Esse aumento de 0,8% representa a saída de uma estabilidade em fevereiro para um resultado que podemos considerar como crescimento. Além disso, ao observarmos os últimos três meses juntos, vemos ganho de patamar de 4,5% em relação a dezembro do ano passado, último mês de queda", explica o gerente da pesquisa, Cristiano Santos.

A receita nominal do comércio varejista teve altas de 2,5% na comparação com fevereiro, 7% em relação a março do ano passado, 8,6% no acumulado do ano e 12,6% no acumulado de 12 meses.

VAREJO AMPLIADO

O volume de vendas do varejo ampliado, que também inclui materiais de construção e veículos/peças cresceu 3,6% na passagem de fevereiro para março, com altas de 3,7% na atividade de veículos, motos, partes e peças e de 0,2% nos materiais de construção.

O varejo ampliado também apresentou taxas de crescimento de 8,8% na comparação com março do ano passado e de 3,3% no acumulado do ano. No acumulado de 12 meses, no entanto, o setor apresenta queda de 0,2%.

A receita nominal do setor teve avanços de 3,4% na comparação com fevereiro deste ano, 14% em relação a março de 2022, 10,2% no acumulado do ano e 11,3% no acumulado de 12 meses.

ABRIL

Indústria tem queda na produção e no emprego

A produção industrial caiu na passagem de março para abril deste ano – o índice de evolução da produção ficou em 42,6 pontos, abaixo da linha de corte de 50 pontos que separa a queda do crescimento da produção. O índice é 2,2 pontos inferior à média para meses de abril, conforme a pesquisa Sondagem Industrial, divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com o estudo, além da produção, o emprego industrial também registrou queda no mês passado. O índice de evolução do número de empregados foi de 48 pontos – 1,5 ponto menor em relação a março. O indicador, de acordo com a CNI, se mantém abaixo da linha de corte desde outubro de 2022, "o que mostra que há seis meses o emprego não cresce de forma disseminada na indústria".

INVESTIMENTO

A pesquisa mostra ainda que, em maio, a intenção de investimento apresentou queda de 0,7 ponto, alcançando 52,9 pontos. Em 2023, o índice, segundo a CNI, apresenta registros alternados de alta e baixa moderados. "No entanto, a queda de maio, 0,7 ponto, foi um pouco mais intensa, e coloca o indicador no menor patamar desde agosto de 2020".

OTIMISMO

"Todos os índices de expectativas recuaram em maio de 2023. O índice de expectativa de número de empregados recuou 0,6 ponto frente a abril, registrando 49,9 pontos. Esse resultado sinaliza para os próximos meses a estabilidade do número de contratações", destacou a CNI.

O índice de expectativa de quantidade exportada apresentou a maior queda mensal: recuo de 2,2 pontos, alcançando 50,2 pontos, praticamente sobre a linha divisória.

O índice de expectativa de demanda registrou 53,6 pontos, o que representa queda de 1,5 ponto frente ao mês anterior. Além disso, o índice de expectativa de compras de matérias-primas foi 51,7 pontos, resultado 1,4 ponto menor que em abril.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Breitener Holding e Participações S.A.

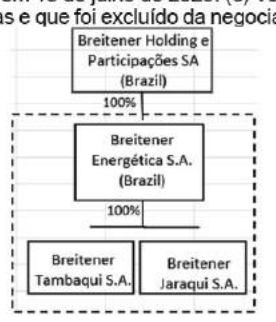
CNPJ nº 40.659.026/0001-60

Relatório Anual da Administração

A Breitener Holding e Participações S.A. foi constituída em 8 de fevereiro de 2021 com o único objetivo de adquirir as ações da Breitener Energetica S.A. Em 27 de agosto de 2021 - A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em continuidade ao comunicado divulgado em 16 de agosto de 2019, informou que assinou contrato para a venda da totalidade de sua participação acionária de 93,66% na empresa Breitener Energética S.A (Energética), localizada no Estado do Amazonas, para a Breitener Holding Participações S.A., subsidiária integral da Ceiba Energy LP. Em 6 de novembro de 2021, foi concluída a compra, pela Breitener Holding e Participações S.A., de 100% do capital social da Breitener Energética S.A. por um preço total de BRL 497.489, conforme detalhes abaixo:

Acionistas	CNPJ	Percentual de ações na Companhia	Preço base de aquisição	Preço base de aquisição	PBAC	LP	PDF	
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	33.000.167/0001-01	93,66%	–	251.009	261.603 –	14.026	247.577	
GGR Participações S.A.	11.562.228/001-91	3,34%	8.951	8.951	9.329 –	500	8.829	
ALN Gás e Energia S.A.	03.843.830/0001-79	1,00%	2.680	2.680	2.793 –	150	2.643	
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	19.884.626/0001-36	1,00%	2.680	2.680	2.793 –	150	2.643	
Alcântara, Mendes & Cia. Ltda.	41.424.136/0001-06	1,00%	2.680	2.680	2.793 –	150	2.643	
Total		**100%**	**16.991**	**268.000**	**279.312 –**	**14.976**	**264.336**	(a)
					Earn-out	nov/23	29.536	(b)
					Earn-out	nov/24	10.408	(b)
					Venda de motores		621	(c)
					Ativo "contingente" registra		192.588	(d)
					Contraprestações totais		**497.489**	

(a) Preço base de aquisição definido em agosto de 2021 ajustado pela correção definida em contrato e descontado o Leakage Petrobras (LP). (b) Valor presente do earn-out relacionado com a correção do contrato pelos IGP-M em 2023 e 2024 nosmontantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-8), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025. (c) Venda de motores (restituição do valor de 90% à Petrobras) - 13 motores Jenbacher. (d) Ativo fiscal contingente registrado nas empresas e que foi excluído da negociação,devendo ser restituído à Petrobras quando da sua realização.



Breve histórico - Grupo Breitener: A Breitener foi criada em 13 de dezembro de 2001, em Maracanaú - CE, com vistas a produção e comercialização de energia elétrica em atendimento ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2004, para suprimento do Sistema interligado Nacional - SIN, na modalidade de potência contratada e energia fornecida. Em dezembro de 2004, a Breitener Energética participou de licitação promovida pela Manaus Energia S.A., atualmente denominada Eletrobras Amazonas Energia S.A. - AmE, tendo duas propostas vencedoras, cada qual para uma usina de 60 MW de potência. Como consequência, foram firmados junto a AmE os Contratos de Suprimento de Energia, na modalidade de potência contratada e energia fornecida em 04 de maio de 2005, ambos com 20 (vinte) anos de duração. Em 2005, a sede e os ativos da Breitener Energética foram transferidos de Maracanaú - CE para Manaus - AM e constituídas duas subsidiarias: a Breitener Tambaqui S.A. (UTE Tambaqui) e a Breitener Jaraqui S.A. (UTE Jaraqui). As UTEs, construídas em Manaus - AM, entraram em operação em 12 de janeiro de 2006 e 05 de abril de 2006, respectivamente. Em 21 de julho de 2008, foi a compra das participações detidas pela Petrobras Distribuidora S.A. - BR nos empreendimentos de geração de energia, o Conselho de Administração da Petrobras autorizou, conforme Ata CA 1.305, item 2, Pauta nQ 29, a Petrobras a adquirir a participação acionaria detida pela BR na Breitener Energética, mediante a celebração de contrato de compra e venda de ações firmado em 31 de julho de 2008. Naquela oportunidade, a participação acionária da Breitener Energética era a seguinte, com respectivos percentuais de participação na sociedade: Skanska Infrastructure Development (Brasil) Participações Ltda. - Skanska (35%); Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (30%); Thermes Participações S.A. - Thermes (24%); Enerconsult S.A. - Enerconsult (5,5%) e Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda. - Orteng (5,5%). Em 09 de dezembro de 2009, a Diretoria Executiva da Petrobras aprovou, conforme Ata DE 4.788, item 11, Pauta nQ 1196, de 12 de novembro de 2009, as proposições para a aquisição da participação acionariam (35%) da Skanska na Breitener Energética, tendo em vista que a Skanska manifestou sua intenção de sair da sociedade, vendendo sua participação a Petrobras. Em 13 de julho de 2012, em AGE da Breitener Energética, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$ 432.457.500,00, cuja efetivação ocorreu em 26 de setembro de 2012, 15 (quinze) dias após a aprovação do CADE em 10 de setembro de 2012, sem apresentação de recursos de terceiros. Diante de tal aumento, a partir de 26 de setembro de 2012, a Petrobras passou a deter 93,66% Em 13 de maio de 2019- A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras informou que iniciou a etapa de divulgação da oportunidade (Teaser), referente à venda integral de sua participação de 93,66% na empresa Breitener Energética S.A.

Manaus/AM, 08 de Dezembro de 2022.

A Administração

Paulo Alexandre Macedo de Almeida - Diretor Presidente **Mario Humberto de Souza Lopes** - Diretor Administrativo

Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado em contrário)

Ativo	Nota	Consolidado 2021	Controladora 2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	135.099	59.493
Contas a receber, líquidas	6	283.499	–
Estoques	7	99.401	–
Imposto de renda e contribuição social	15	150.724	3
Impostos e contribuições	15	2.607	–
Dividendos e Juros sobre capital próprio	12	–	99.479
Adiantamento a fornecedores		6.013	109
		677.343	**159.084**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber, líquidas	6	154.128	–
Depósitos judiciais	22	2.200	–
Imposto de renda e contribuição social	15	14.914	–
Impostos e contribuições	15	196.764	–
Instrumentos Financeiros derivativos		797	797
		368.803	**797**
Investimentos	8	–	478.886
Imobilizado	9	10.071	158
Intangível		189	189
		10.260	479.233
		1.056.406	**639.114**

Passivo	Nota	Consolidado 2021	Controladora 2021
Circulante			
Fornecedores	10	33.236	39
Imposto de renda e contribuição social	15	96.406	–
Impostos e contribuições	15	12.200	338
Programa de regularização fiscal	15	3.352	–
Salários, férias, encargos e participações		9.615	–
Provisão para gastos de P&D		6.210	–
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.5	16.826	16.826
Debêntures	14	6.200	6.200
Adiantamento de cliente		248	19
		184.293	**23.422**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	190.606	–
Programa de regularização fiscal	15	8.031	–
Debêntures	14	214.570	214.570
Contas a pagar de aquisição	13	40.522	40.522
Passivo Contingentes	15.5	192.588	192.588
Adiantamento Petrobrás		56.047	–
Provisão para processos judiciais e administrativos	22	1.418	–
Outros passivos		952	633
		704.734	448.313
Patrimônio líquido			
Capital social	16.1	122.001	122.001
Capital a integralizar	16.1	(8.644)	(8.644)
Reservas de lucros	16.4	54.022	54.022
		167.379	167.379
		1.056.406	**639.114**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de Resultado

Do período compreendido entre 8º de fevereiro de 2021 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado em contrário)

	Nota	Consolidado 2021	Controladora 2021
Receita de serviços	17	15.398	–
Custo dos serviços	18.1	(28.553)	–
Prejuízo bruto		(13.155)	–
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	18.2	(17.806)	(5.853)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	19	(8.542)	12.281
Lucro (Prejuizo) operacional antes do resultado financeiro		**(39.503)**	**6.428**
Resultado Financeiro Líquido		**144.095**	**(4.149)**
Receitas financeiras	20	146.206	266
Despesas financeiras	20	(4.267)	(4.415)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	20	2.156	–
Resultado de participações em investimentos	8	–	68.569
Lucro antes dos impostos		104.592	70.848
Imposto de renda e contribuição social	15.3	(33.744)	–
Lucro do período		**70.848**	**70.848**
Lucro básico e diluído por ação (em R$)	16.6	0,58	0,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de Resultados Abrangentes

Do período compreendido entre 8º de fevereiro de 2021 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado em contrário)

	Consolidado 2021	Controladora 2021
Lucro do exercício	70.848	70.848
Resultado abrangente total	**70.848**	**70.848**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Do período compreendido entre 8º de fevereiro de 2021 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado em contrário)

	Capital Social			Reservas de lucros			
	Capital subscrito	A integralizar	Capital subscrito e integralizado	Legal	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido consolidado
Integralização de capital em 8º de fevereiro de 2021	1	–		–	–	–	1
Aumento de Capital	122.000	(8.644)	113.356	–	–	–	113.356
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	70.848	70.848
Apropriações de lucro líquido em reservas	–	–	–	3.542	50.480	(54.022)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(16.826)	(16.826)
Em 31 de dezembro de 2021	**122.001**	**(8.644)**	**113.356**	**3.542**	**50.480**	**–**	**167.379**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

do período compreendido entre 8º de fevereiro de 2021 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado em contrário)

	Consolidado 2021	Controladora 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	70.848	70.848
Ajustes para:		
Juros sobre debêntures	3.796	3.796
Amortização menos valia	–	(12.947)
Resultado de participação em investimento	–	(68.569)
Perda por desvalorização na aquisição	–	640
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros	(122.212)	578
Depreciação e amortização	6	–
Reversão e Provisão de Perdas de crédito esperadas - PCE	(14.026)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	30.684	–
Reversão da provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	(2.914)	–
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	(35.574)	–
Contas a receber - arrendamento financeiro	(8.789)	–
Estoques	(99.401)	–
Outros ativos	(9.055)	(909)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	33.018	39
Outros passivos	77.416	369
Imposto de renda e contribuição social pagos	(118.629)	–
Juros Pagos	(2.026)	(2.026)
Caixa líquido utilizados nas atividades	(196.858)	(8.181)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Investimento	–	(264.336)
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(400)	(347)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento	(400)	(264.683)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	113.357	113.357
Captação de debêntures	225.000	225.000
Amortização debêntures	(6.000)	(6.000)
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento	332.357	332.357
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	135.099	59.493
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	135.099	59.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional: A Breitener Holding Participações S.A. (denominadas, em conjunto, "Breitener" ou a "Companhia"), subsidiária integral da Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Ceiba Energy"), foi constituída em 8º de fevereiro de 2021 com sede em São Paulo, tendo como atividade principal a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, e o objetivo de atuar como holding das empresas do Grupo Breitener Energética S.A. A Companhia é uma empresa investida da Denham Capital, uma empresa de investimento global em infraestrutura, energia e recursos sustentáveis, celebrou com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") e outros acionistas minoritários, um contrato de compra e venda de ações e outras avenças por meio do qual a Breitener Holding se comprometia a adquirir a participação societária de 100% na Breitener Energética S.A. ("Breitener Energética" e "Aquisição", respectivamente). O encerramento desta aquisição ocorreu em novembro de 2021, quando a Ceiba Energy passou a deter 100% do controle acionário da Breitener Energética S.A. e de suas subsidiárias, Breitener Jaraqui S.A. ("Jaraqui") e Breitener Tambaqui S.A. ("Tambaqui" e, em conjunto com a Jaraqui, as "SPEs"). A Breitener Energetica S.A. (denominadas, em conjunto, "BESA" ou a "Controlada"), teve, inicialmente, como objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica para fornecimento exclusivo à Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica Emergencial (CBEE), para suprimento ao Sistema Interligado, na modalidade de potência contratada e energia fornecida, na cidade de Maracanaú, estado do Ceará. Após cumpridas integralmente suas obrigações decorrentes do contrato com a CBEE, em abril de 2005, a Controlada focou todos os recursos na transferência de sua planta em Maracanaú/CE para Manaus/AM, visando a implantação de duas usinas termoelétricas, na mesma localidade, com o objetivo de fornecer energia elétrica a região norte do país. **(a) Contrato de fornecimento de energia e arrendamento mercantil dos equipamentos:** Atendendo a obrigação contratual específica, a Controlada criou duas Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") - Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A. - que assumiram os contratos de fornecimento de energia celebrados em 4 de maio de 2005 com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE (antiga Manaus Energia S.A.). Estes contratos têm vigências de vinte anos, com parcelas vencíveis mensalmente e corrigidas pela variação do índice geral de preços ao mercado - IGP-M. As cláusulas contratuais estabelecem a disponibilização mensal de 120 MW líquidos, ininterruptos, de energia elétrica; que a operação e manutenção da planta termoelétrica seja efetuada pela Controlada; e que todo o combustível consumido dentro dos limites de consumo específico e/ou *heat rate* será ressarcido pela arrendatária, descontado do incentivo recebido pela CCC-ISOL. Para iniciar a operação, a SPEs alugaram da Breitener Energética S.A. os motores transferidos de Maracanaú/CE e assumiram os custos de transporte e instalação, dentre outros. Os contratos preveem que as plantas termelétricas arrendadas pela Controlada, bem como os motores de propriedade das suas SPEs , serão revertidas para o patrimônio da arrendatária sem qualquer indenização devida, findo os prazos de vigência dos contratos em Maio de 2025. Em dezembro de 2018 o controle da AmE relativos à parte de distribuição de energia foi vendido para o Consórcio Oliveira Energia/Atem, não afetando os contratos existentes, já que tais contratos foram anteriormente transferidos para a nova empresa criada pertencente ao grupo Eletrobras, a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmE-GT). Em 28 de junho de 2021, foi deliberada em assembleia geral a incorporação da AmE-GT pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte), controlada da Eletrobras, com efeitos a partir de 01 de julho de 2021. **(b) Combinação de Negócios:** Durante o período 08 de fevereiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, o Grupo passou pelos principais eventos a seguir: (i) aquisição da Breitener Energética S.A. , através do contrato de compra e venda de ações e outras avenças originado pela Petróleo Brasileiro S.A. Em 27 de agosto de 2021, a Petroleo Brasileiro S.A., assinou acordo de venda da totalidade de sua participação acionária de 93,7% na Breitener Energética S.A. para a Breitener Holding Participações S.A. subsidiária integral da Ceiba Energy LP. Em 10 de novembro de 2021, foi finalizada a operação de compra e venda de ações da Companhia, onde a Breitener Holding e Participações S.A. ("Comprador") adquiriu a totalidade das ações de emissão da Breitener Energética S.A. detidas pela Petroleo Brasileiro S.A. e pelos demais acionistas minoritários até aquela data, concluindo a compra pelo Comprador de 100% do capital social da Breitener Energética S.A. **1.1. Destaques do período: 1.1.1. Troca dos motores a gás das SPEs:** As subsidiárias de sua Controlada, Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A., por força de acordo contratual, são obrigadas a entregar no final do contrato de arrendamento, em maio de 2025, a planta das térmicas em plenas condições de uso e de geração de energia. Após a conclusão dos estudos sobre os cenários econômico-financeiros, as subsidiárias optaram pela troca da totalidade de seus 46 motores a gás, por ser mais viável economicamente do que a realização das manutenções de 60.000 horas e eventuais multas por não geração da energia contratada. As obras de revitalização dessas plantas industriais iniciaram no terceiro trimestre de 2019 e tem previsão de conclusão até 2022. Atualmente já foram entregues à operação 46 motores, sendo 23 motores na Breitener Tambaqui e 23 motores na Breitener Jaraqui. Como as subsidiárias de sua Controlada não têm previsão legal de recuperar os gastos incorridos por meio da remuneração dos seus contratos de arrendamento e nem possuem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros por meio da utilização desses motores em suas atividades normais, além daqueles que já estão cobertos pelo atual contrato, os gastos destinados às revitalizações serão levados ao resultado à medida que forem aplicados na obra. Em 2021 houve o reconhecimento dos gastos vinculados a este processo no montante de R$ 49.554. **1.1.2. Acordo judicial com a Amazonas Energia S.A - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. -Eletrobras:** Em 07 de abril de 2021, as SPEs firmaram acordo judicial para cobrança dos valores que questionavam contra a Amazonas Energia S.A. - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (responsabilidade solidária) no valor de R$ 436.025 referente a 7 processos que ficarão suspensos até a liquidação integral dos créditos negociados. Este valor é quitado pelo devedor em 60 parcelas a partir de 18 de janeiro de 2021, calculadas em regime de amortização fixa - SAC, corrigidas a 124,75% do CDI até a liquidação integral. A assinatura do contrato impactou positivamente os resultados consolidados de sua Controlada, que totalizaram R$ 330.514 (líquido dos efeitos tributários). Vide Nota Explicativa 22 para mais informações sobre os processos envolvidos. **1.1.3. Instrumento de Confissão de Dívida com a Petrobras:** Considerando a assinatura do acordo judicial das SPEs com a AmE e Eletrobras, em 07 de abril de 2021, que envolve os valores relativos ao reembolso de créditos relacionados ao CCC-ISOL, foi celebrado Instrumento de Confissão de Dívida (ICD) entre a Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a sua controladora indireta Petrobras, para equacionamento dos débitos inadimplidos vinculados aos contratos de CCC-ISOL, no montante de R$ 353.024, em 29 de junho de 2021. Os débitos inadimplidos são provenientes do contrato de aquisição de óleo combustível (CCC-ISOL) são originários da Petrobras Distribuidora S.A. - BR Distribuidora, e foram repassados à Petrobras, em função de reestruturações societárias, e contempla o período de maio de 2010 a abril de 2016. Com a assinatura do ICD, as SPEs renovaram suas dívidas, sendo que parte dela impactou o resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, líquido de R$ 214.828 após impostos, dos quais a despesa com juros foi de R$ 187.674 (1% PM), multa de R$ 7.070 e atualização de R$ 87.566, com base no índice geral de preços de mercado - IGP-M, conforme especificado no instrumento contratual que criou a dívida, compensados pelos efeitos tributários no valor de R$ 67.482. Em 01 de julho de 2021, a Controlada celebrou contrato de cessão de direitos creditórios a Companhia, que estabelece a liquidação da referida dívida através da cessão parcial dos recebíveis vinculados ao acordo celebrado entre a Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a AmE e Eletrobras, no montante de R$ R$ 353.024, equivalente a 80,96% do valor total do referido acordo, passando a Petrobras a exigi-los nos termos e condições pactuados, sem direito de regresso contra a Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, que ficam desoneradas de responsabilidade, em caso de inadimplemento da AmE ou da sua garantidora, a Eletrobras. **1.1.4. PIS e COFINS - Exclusão do ICMS na base de cálculo:** As subsidiárias da Controlada, Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, ajuizaram ação contra a União para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A referida ação foi julgada integralmente procedente, reconhecendo as SPEs o direito de compensar os valores indevidamente recolhidos a título de PIS e COFINS, tendo essa decisão transitada em julgado em outubro de 2019, sem possibilidades de recurso. Em 14 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal. As SPEs reconheceram os créditos de PIS e COFINS, no montante consolidado de R$ 134.229, que serão habilitados na forma de precatórios. Os valores foram contabilizados nas demonstrações financeiras das SPEs de 2021, considerando a reapresentação do exercício de 2020 e do saldo de abertura daquele exercício, 1º de janeiro de 2020. **1.1.5. Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização monetária pela Selic dos indébitos tributários** Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF, em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, ainda não transitado e julgado, decidiu que é inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) sobre a atualização da taxa Selic (juros de mora e correção monetária), incidentes sobre indébitos tributários. Com base na decisão do STF, e na avaliação dos assessores jurídicos das SPEs, houve o reprocessamento do cálculo do IRPJ e CSLL dos exercícios de 2019 e 2020 das SPEs, que ainda não haviam sido liquidados, desconsiderando a atualização monetária SELIC, correspondente ao ganho da ação judicial do PIS e COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo, conforme nota explicativa, o qual gerou uma redução de IRPJ e CSSL no montante de R$ 15.166. Em relação aos valores de IRPJ e CSLL recolhidos nos anos anteriores sobre atualização monetária Selic de indébitos tributários, as SPEs em conjunto com seus assessores jurídicos, está avaliando as alternativas para recuperação futura, uma vez que a Lei nº 9.430/96 e Instrução Normativa nº 2.055/21 vedam expressamente a compensação de tributos tendo por base a inconstitucionalidade de lei, salvo nas hipóteses expressamente previstas. **1.1.6. Moeda Funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. **1.1. Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela COVID-19: 1.1.1. Contexto:** Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estava se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a COVID-19 tratava-se de uma pandemia. As medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global. As autoridades governamentais brasileiras, por sua vez, implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos pela atual pandemia. **1.1.2. Ações de resiliência:** A Companhia alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem o trabalho em home office, rigorosa higienização dos locais de trabalho, testagem de casos suspeitos, medição de temperatura corporal, acompanhamento médico e acesso a serviços de telemedicina. **1.1.3. Efeito nas demonstrações financeiras:** Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras. O resultado da revisão dessas premissas e outros decorrentes da COVID-19, está apresentado a seguir: Não ocorreram alterações de premissas, no reconhecimento dos contratos de receita com clientes do Grupo Breitener. Permanece a expectativa de conclusão da obrigação pelo cliente no vencimento de cada operação, classificada como sendo altamente provável, sujeita apenas ao cumprimento das condições precedentes que constam dos contratos de venda. Os clientes não indicaram a intenção de descumprimento ou revisão dos termos e condições contratuais assinados. No período compreendido entre 8º de fevereiro de 2021 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 houve a reversão parcial da PCE sobre os recebíveis do contrato de fornecimento de energia e de arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 6.3), no montante de R$ 14.057, com base no histórico das perdas observadas no período de um ano e nos parâmetros de cálculo utilizados pelas SPEs. No âmbito do contencioso jurídico da Companhia e de suas controladas, não há casos relacionados ao COVID-19 com risco de desembolso financeiro que impactem diretamente às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Tendo em vista a data de constituição da Companhia, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando as operações do período compreendido entre *8º de fevereiro de 2021 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021*, não havendo dessa forma base comparativa de períodos anteriores. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 20 de abril de 2023, autorizou a divulgação dessas Demonstrações Financeiras.

3. Sumário das principais práticas contábeis: As práticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas. **As notas que apresentam práticas contábeis são: Notas Explicativas:** 6. Contas a receber, 7. Estoque, 8. Investimentos, 11. Arrendamento mercantil, 15. Tributos, 16 Patrimônio Líquido, 17. Receita de serviço, 22. Processos judiciais e contingências. **3.1. Instrumentos financeiros** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **3.1.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial:** Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos. **b) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda. • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **3.1.2. Passivos Financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor. **b) Classificação e mensuração subsequente:** Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **3.1.3. Instrumentos Financeiros derivativos:** A companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra sua exposição no preço na compra de equipamentos. Os instrumentos financeiros designados em operações de Hedge são incialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício. **3.2. Caixa e Equivante de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento de curto prazo a partir da data da contratação, sujeitos a riscos imateriais de mudança de valor.

4. Estimativas e julgamentos relevantes: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia e suas controladas. **4.1 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências:** A Companhia e suas controladas são partes em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia e suas controladas, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 22. **4.2 Tributos diferidos sobre o lucro:** A Companhia e suas controladas realizam julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas pela Companhia. A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 15.3. **4.3 Perdas de crédito esperadas:** A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. **4.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estimam a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza. **4.5. Novas normas e interpretações:** As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2021 são as seguintes: **International Accounting Standards Board (IASB), *International Accounting Standards Board* (IASB)**

Norma	Descrição	Data de vigência
Annual Improvements to IFRS® Standards 2018-2020.	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9 - Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16 - Leases.	1º de janeiro de 2022
Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 -Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21 - Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022
Onerous Contracts-Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece alterações no IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022
Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16 - Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.	1º de janeiro de 2022
Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1 - Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023
IFRS 17 - Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023
Disclosure of Accounting Policies - Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 - Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023
Definition of Accounting Estimates - Amendments to IAS 8	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction-Amendments to IAS 12	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 - Income Taxes, de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis. **4.5.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** O CPC emite pronunciamentos e intepretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. As emendas das IFRS contidas acima não foram emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2021. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia e suas controladas até 31 de dezembro de 2021, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC Nº 19	- Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020 - Amendments to IFRS 3 - Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IAS 37 - Onerous Contracts-Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 16 - Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use	1º de janeiro de 2022
Pronunciamento Técnico CPC 50	IFRS 17 - Insurance Contracts	1º de janeiro de 2023

5. Caixa e equivalente de caixa:	Consolidado 2021	Controladora 2021
Caixa	15	–
Banco conta corrente	10.684	–
Aplicações financeiras (i)	124.400	59.493
	135.099	59.493

(i) São aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas são com remuneração de 60% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Contas a receber:

6.1. Contas a receber, líquidas:	Consolidado 2021
Acordo judicial - AmE e Eletrobras (NE 1.1.2)	22.043
Operação e manutenção (a)	17.798
Liquidação financeira - CCEE (b)	5.042
Reembolso de encargos e recebíveis (c)	29.916
Outras	332
Subtotal	**75.131**
Arrendamento financeiro (d)	394.526
Outras	1.933
Subtotal	**396.459**
Total do contas a receber	**471.590**
Perdas de crédito esperadas - PCE (e)	(33.963)
Total do contas a receber, líquidas	**437.627**
Circulante	283.499
Não circulante	154.128

a) Operação e manutenção: Decorre dos serviços de operação e manutenção vinculados ao contrato de fornecimento de energia elétrica firmados pela Controlada com a arrendatária. **b) Liquidação financeira - CCEE:** Refere-se aos recebíveis de liquidação financeira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. **c) Reembolso de encargos e recebíveis:** Refere-se ao reembolso de encargos vinculados ao contrato de fornecimento de energia e recebíveis em aberto com a arrendatária referente às parcelas remanescentes de notas fiscais de potência. **c) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles):** O saldo consolidado decorre da parcela de disponibilidade de capacidade dos contratos de fornecimento de energia elétrica firmados pelas SPEs da Controlada com a Eletronorte, atual arrendatária (vide nota 11). **d) Perdas de crédito esperadas - PCE:** Em 31 de dezembro de 2021 refere-se, principalmente, às perdas de crédito esperadas (PCE) sobre as parcelas do faturamento das subsidiárias diretas e indiretas da Breitener Holding e Participações S.A., glosadas pela AmE GT, por aplicação de penalidade por incapacidade de fornecimento de energia. Em resposta, a Administração das SPEs moveu ação contra AmE-GT, em dezembro de 2019. A redução dos recebíveis da CCC-ISOL integralmente, o reembolso de encargos e recebíveis, e respectiva PCE no exercício está relacionada à assinatura do acordo judicial com a AmE e Eletrobras (nota explicativa 1.1.2) que envolve ações judiciais relativas aos referidos recebíveis. Mais detalhes dessa operação também podem ser encontrados na nota explicativa 22.4.

6.2. Aging do contas a receber - Terceiros:

	Consolidado 2021	
	Contas a receber	PCE
A vencer	442.768	–
Vencidos:		
De 1 a 3 meses	3.950	(3.309)
Acima de 12 meses	24.872	(30.654)
	471.590	(33.963)

6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas - PCE:

	Consolidado 2021
Saldo inicial	198.988
Adições	31
Baixas	(14.057)
Reversões	(150.999)
Saldo final	33.963

Em 2021, a movimentação decorre, principalmente, da baixa definitiva da PCE e dos respectivos contas a receber vinculados a AmE no montante de R$ 150.885, tendo efeito nulo no resultado de suas subsidiárias, para a constituição de um novo contas a receber relacionados ao acordo judicial com a AmE e Eletrobras (nota explicativa 1.1.2). Adicionalmente houve reversões, no montante de R$ 14.057, decorrentes da revisão da sensibilidade covid-19, combinado com a mudança da garantidora do contrato de energia elétrica, da Eletronorte para a Eletrobras, reflexo da incorporação da AmE-GT na Eletronorte. **Prática contábil:** Quando a companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação. A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda). Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. A companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias. Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

7. Estoques:	Consolidado 2021
Peças de manutenção	99.401
Total	**99.401**

As peças são mantidas em estoque para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de produção de energia, conforme estabelece o contrato com a AmE-GT. O custo das peças é registrado no resultado do exercício mediante sua utilização. O incremento no exercício decorre da aquisição de materiais para manutenção preventiva e troca dos motores para revitalização da planta industrial. **Prática contábil:** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição e compreendem, principalmente, materiais e suprimentos para manutenção, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao seu valor contábil. Materiais, suprimentos e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da Companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição. Os estoques incluem as importações em andamento, que são demonstrados ao custo de aquisição.

8. Investimento: 8.1. Investimentos diretos (Controlada):

	Principal segmento de atuação	% de participação direta da Breitener Energética	% no capital votante	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Empresa Controlada					
Breitener Energética S.A.	G&E	100,00%	100,00%	884.715	418.858

8.2. Informações da investida (Controlada direta) - Breitener Energética S.A.:

	Aquisição Breitener Energética	Resultado de participação em investimentos	Dividendos mínimos obrigatórios	Menos Valia	AFAC	Saldo em 2021
Subsidiária e controlada						
Breitener Energética	497.489	68.569	(99.479)	(640)	12.947	478.886
	497.489	68.569	(99.479)	(640)	12.947	478.886

8.3. Informações da investida (Controlada direta) - Breitener Energética S.A: Em 31 de dezembro de 2021, as principais informações financeiras da Breiteners Energética S.A (Consolidado) são:

	Breitener Energética S.A 2021
Ativo	1.345.441
Passivo	460.726
Receita líquida	70.629
Lucro líquido do exercício	418.858
Capital social	592.458
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	484.490
Patrimônio líquido	884.715
Participação no capital social, no final do exercício	100%
Participação no patrimônio líquido	884.715

As SPEs foram constituídas em 10 de maio de 2005, são Sociedades de Propósito Específico (SPE), e tem como objeto social a operação e manutenção de uma planta termoelétrica, com potência de 60MW, na cidade de Manaus. A data do início da operação comercial da Breitener Tambaqui foi 12 de janeiro de 2006 e da Breitener Jaraqui foi em 5 de abril de 2006, ambas têm duração de 20 anos, a mesma das suas obrigações contratuais, relacionadas ao fornecimento de energia elétrica à região norte do país. **Prática contábil: Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Breitener Holding e Participações S.A. e das suas controladas diretas e indiretas. O controle é obtido quando a Breitener Holding possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo lucro não realizado oriundos dessas transações, são eliminados no processo de consolidação. **Investimentos societários:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam controlada.

9. Imobilizado: 9.1. Por tipo de ativos:	Terrenos	Equipamentos e outros bens	Direito de uso	Consolidado Total	Controladora Total
Ativos adquiridos na aquisição vide nota (24) de 2021	7.612	318	2	7.932	–
Adição	–	158	(2.072)	(1.914)	158
Depreciação	–	(28.946)	32.999	4.053	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.612	(28.470)	30.929	10.071	158
Custo	7.612	2.957	(2.044)	8.525	158
Depreciação acumulada	–	(31.427)	32.973	1.546	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.612	(28.470)	30.929	10.071	158
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	–	5 a 10	–		

10. Fornecedores

	Consolidado 2021	Controladora 2021
Terceiros no País	27.015	39
Partes relacionadas (i)	6.221	–
Total	33.236	39

(i) Em 2021 a redução reflete basicamente a liquidação dos contratos do CCC-ISOL com a Petrobras, conforme nota explicativa 1.1.3, e ao Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD.

11. Arrendamentos Mercantis: 11.1. Recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro:

	Consolidado Recebimentos		
Compromissos estimados	**Valor futuro**	**Juros anuais**	**Valor presente**
2022	198.557	(104.740)	93.817
2023	183.228	(77.585)	105.643
2024	163.850	(45.009)	118.841
2025	84.508	(8.283)	76.225
Em 31 de dezembro 2021	**630.143**	**(235.617)**	**394.526**
Circulante			240.397
Não circulante			154.129
Em 31 de dezembro 2021			**394.526**

Prática contábil: Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros. Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento. No contrato em que a Companhia é arrendadora do bem, celebrado com a AmE-GT, foi constituído um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil. Os rendimentos e as despesas financeiras são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa de desconto que ajustou o recebível/pagamento ao valor presente. Pagamentos e recebimentos contingentes são reconhecidos como despesas e/ou receitas quando incorridos.

12. Partes relacionadas: A Controlada segue a política de transações que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações. Esta política orienta na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios: Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado; Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia; Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia; • Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros; • Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante. A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

	Consolidado 2021			
	Breitener Tambaqui	Breitener Jaraqui	Breitener Holding	Total
Ativo				
Circulante				
Dividendos e juros sobre capital próprio	30.617	58.589	–	89.206
Arrendamento mercantil financeiro (NE 11)	20.757	20.784	–	41.541
Outras contas a receber	–	6.434	–	6.434
	51.374	**85.807**	–	**137.181**
Não circulante				
Arrendamento mercantil financeiro (NE 11)	50.143	50.416	–	100.559
	101.517	**136.223**	–	**237.740**
Passivo				
Circulante				
Dividendos e juros sobre capital próprio (i)	–	–	99.479	99.479
	–	–	**99.479**	**99.479**

	Breitener 2021			
	Tambaqui	Breitener Jaraqui	Breitener Holding	Total
Resultado				
Resultado de arrendamento mercantil financeiro	13.491	12.997		26.488
	13.491	**12.997**		**26.488**

(i) Valor referente a proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da Energética em 31 de dezembro de 2021, aprovada pelos acionistas.

12.2 Remuneração da administração da Companhia: O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens vigente na Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus empregados e dirigentes. A remuneração dos administradores incluindo os ocupantes de funções gerenciais da Companhia, relativas aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro 2021:

Administrador	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Total
Fabiana d´Ávila Souza	12	23	23	–	58

			2021 Conselho de Administração
Salários e benefícios			277
Encargos sociais			55
Número de membros	Controlador		4
Número de membros remunerados	Petrobrás S.A.		4
Número de membros	Controlador Breitener Holding e Participações S.A.		3
Número de membros remunerados			–

Em 10 de novembro de 2021, a Breitener Energética S.A foi impactada por uma mudança societária devido a venda da totalidade de suas ações para a Breitener Holding e Participações S.A., alterando o quadro de conselheiros remunerados e não remunerados. Os conselheiros eleitos em renunciaram a suas respectivas remunerações pela participação no conselho de administração das empresas Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui e Breitener Energética, conforme declarado em cartas de renúncias datadas de 22.11.2022.

13. Contas a Pagar por aquisição:

	Consolidado 2021	Controladora 2021
Petrobrás S.A	40.522	40.522
	40.522	**40.522**

O fluxo de vencimento do saldo a pagar (*earn-out*) pela aquisição da Breitener Energética S.A. em agosto de 2021 possuem correção pelo IGP-M em 2023 e 2024 nos montantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-B), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025.

14. Debêntures:

Debênture	Natureza	Taxas	31/12/2021
Santander	Não conversíveis em ações	CDI	220.770
Total			**220.770**
Circulante			**6.200**
Não circulante			**214.570**

Referem-se a emissão de debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 476, não conversíveis em ações, a data de vencimento será 09 de abril de 2024, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo, quando a emissora obriga-se a efetuar o pagamento do valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, calculados pro rata temporis desde a data de subscrição e integralização ou da data de último pagamento dos juros remuneratórios, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela emissora, nos termos da escritura de emissão, em até três dias úteis a contar do recebimento da correspondência pela emissora. As debêntures deverão ser emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados representativos das debêntures. Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interbancários ("DI") de um dia, "*over* extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A, acrescida de uma sobretaxa de 4,00%, base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, considerando a possibilidade de redução de margem nos termos contratuais ("juros remuneratórios"). O saldo do valor nominal unitário das debêntures deverá ser amortizado pela Emissora em parcelas consecutivas, sendo que a 1ª (primeira) foi paga no dia 09 de dezembro de 2021.

	31/12/2021
Captações	225.000
Juros incorridos	3.796
Juros pagos	(2.026)
Amortização	(6.000)
	220.770

15. Tributos:

15.1. Tributos correntes:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante 2021	Ativo não Circulante 2021	Consolidado Passivo Circulante 2021
No país:			
Imposto de renda (i)	110.920	8.352	70.876
Contribuição social (i)	39.804	6.562	25.530
Total	**150.724**	**14.914**	**96.406**

(i) Quanto aos valores registrados no ativo não circulante, referem-se aos créditos de imposto de renda e de contribuição social dos exercícios de 2010, 2011 e 2012 da Controlada, que foram objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

Demais impostos e contribuições	Consolidado Ativo Circulante 2021	Ativo não Circulante 2021	Passivo Circulante 2021
No país:			
Impostos retidos na fonte	–	–	69
ICMS	418	–	9.237
PIS e COFINS (i)	2.189	181.381	2.815
PIS e COFINS Diferidos (ii)	–	15.383	–
Outros impostos	–	–	79
Total	2.607	196.764	12.200

(i) Os créditos de PIS e de COFINS, registrados no ativo não circulante, referem-se em parte ao exercício de 2012 das SPEs, que foram objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil. Além disso, até setembro de 2019, em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a companhia adicionava à sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidos à base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a companhia reprocessou a apuração destes impostos relativos ao período de julho de 2015 a abril de 2019. Em complemento, houve também o alargamento da base de PIS e COFINS, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que definiu o conceito de insumos utilizando os critérios da essencialidade ou relevância, considerando sua imprescindibilidade ou importância para o desenvolvimento da atividade econômica. Essas decisões resultaram em um crédito, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal.

Imposto de renda e contribuição social	Controladora Ativo Circulante 2021
No país:	
Imposto de renda	3
Total	**3**

Demais impostos e contribuições	Controladora Passivo Circulante 2021
No país:	
PIS e COFINS (i)	259
Outros impostos	79
Total	338

A Companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando não comprovada a sua recuperabilidade.

15.2. Programa de Regularização Fiscal - REFIS:

	Consolidado Passivo Circulante 2021	Passivo não Circulante 2021
IRPJ	1.324	3.208
CSSL	737	1.758
PIS	263	951
COFINS	1.028	2.114
Total	**3.352**	**8.031**

Valores referentes ao parcelamento ordinário de débitos tributários solicitados pela subsidiária Breitener Jaraqui junto à Receita Federal do Brasil, de forma amigável e sem qualquer benefício financeiro. Os débitos tributários envolvidos, relacionados a pedidos de compensações não homologados pela Receita Federal, encontravam-se exigíveis em função do encerramento da defesa na esfera administrativa e ausência de provas complementares que pudessem suportar uma defesa no âmbito judicial. Em 31 de dezembro de 2021, a movimentação do REFIS é composto pelos seguintes valores:

	Atualização monetária	Pagamento	31.12.2021
IRPJ	39	(1.672)	4.496
CSSL	22	(948)	2.512
PIS	10	(350)	888
COFINS	28	(1.336)	3.487
TOTAL	**99**	**(4.306)**	**11.383**
Passivo Circulante			3.352
Passivo não Circulante			8.031

15.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado 2021
Lucro antes dos impostos	104.592
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(35.561)
Equivalência patrimonial	–
Temporárias	(8.681)
Permanentes	28.553
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	12.628
Diferido	(30.683)
Outros	–
Imposto de renda e contribuição social	**(33.744)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(30.683)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.061)
Total	**(33.744)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	(32,26%)

15.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado				
	Arrendamento mercantil financeiro				
	Imobilizado	Contas a receber	Prejuízos fiscais	Outros	Total
Em 1 de janeiro de 2021	31.738	(239.919)	44.501	(3.707)	(167.387)
Reconhecido no resultado do exercício	(22.941)	1.367	(9.395)	7.750	(23.219)
Em 31 de dezembro de 2021	8.797	(238.552)	35.106	4.043	(190.606)
Impostos diferidos ativos					27.396
Impostos diferidos passivos					(218.002)
Em 31 de dezembro de 2021					(190.606)

As SPEs constituiram crédito de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social diferidos, observando o limite a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes. A Administração da Companhia monitora a geração de lucro nas operações e considera que os créditos e débitos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas e despesas, e da resolução final dos eventos futuros. **b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos:** A Administração considera que os débitos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Consolidado Ativos	Passivos
2022	7.828	(62.286)
2023	7.828	(62.286)
2024	7.828	(62.286)
2025	3.912	(31.144)
Parcela registrada contabilmente	27.396	(218.002)
Parcela não registrada contabilmente	–	–
Total	**27.396**	**(218.002)**

Prática contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício. **a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os passivos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

15.5. Passivo Contingentes

	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	Total
Valor original	6.900	2.661	3.652	27.839	41.052
Atualização monetária acumulada até 31/12/2020	4.021	3.467	1.242	7.924	16.654
Saldo em 31/12/2020	10.921	6.128	4.894	35.763	57.706
ICMS BASE PIS E COFINS de janeiro a outubro/2021	–	–	11.906	54.847	66.753
Atualização monetária de janeiro a outubro/2021	(2.626)	(1.568)	12.839	59.484	68.129
Total	**8.295**	**4.560**	**29.639**	**150.094**	**192.588**

De acordo com o contrato de compra e venda entre Breitener Holding e Petrobras S.A, alguns ativos e passivos contingentes foram excluídos da negociação e o seu impacto deve ser mitigado pela restituição dos ganhos à Petrobras ou as perdas à Breitener Holding S.A. O principal ativo listado refere-se à exclusão do ICMS da base do cálculo do PIS e da COFINS representando aproximadamente 93% do saldo total. Este montante foi reconhecido pela Breitener Energética e suas empresas controladas como ativo uma vez que o processo foi julgado a favor das empresas. Desta forma, o valor recebido pela Tambaqui, Jaraqui e Energética, será repassado 15 dias após o ressarcimento da Receita Federal, para Petrobras através da Breitener Holding. **16.1 Capital Social:** A Companhia foi constituída com capital social de R$ 1(mil reais), dividido em 1 mil ações, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas pelo único acionista da Companhia, Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Conforme ata de assembleia em 27 de julho de 2021 a Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia aumentou o capital da Companhia no valor de R$ 122.000(cento e vinte e dois milhões de reais). Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e totalmente integralizado é de R$113.357, havendo a parcela de R$ 8.644 de capital a integralizar. Ness data a Companhia possui 122.001.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionista	Capital Social	Nº de ações ordinárias	Participação
Ceiba Energy Fundo de Investimento em Paticipações Multiestratégia	122.001	122.001	100%
Total	**122.001**	**122.001**	**100%**

16.2. Reservas de lucros: Reserva legal: Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. **Retenção de Lucros:** É destinada à retenção de lucros líquidos das deliberações obrigatórias, conforme contrato pré-estabelecido na aquisição da Breitener Energética S.A, previamente aprovado em Assembléia Geral. **16.3. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu o montante de R$ 16.827 que referem-se aos dividendos a pagar do exercício. Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da Companhia, a ser apreciada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, é assim demonstrada:

	2021
Dividendos Mínimos obrigatórios	16.826
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	**16.826**
Dividendos Mínimos obrigatórios	16.826
Reserva legal	3.542
Reserva de retenção de Lucro	50.480
Total da destinação do resultado	**70.848**

Prática contábil: A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JSCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na AGO.

16.4. Resultado por ação:

	Consolidado e Controladora 2021
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Breitener Holding S.A.	70.848
Quantidade de ações	71.167
Lucro do exercício básico e diluído por ação ordinária (R$ por ação)	1,00

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

17. Receita de serviços:

	Consolidado 2021
Receita bruta de serviços - O&M	19.746
	19.746
ICMS	(4.449)
PIS	18
COFINS	83
	(4.348)
Total	**15.398**

Prática contábil: A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

18. Custos e despesas por natureza:

18.1. Custos dos produtos e serviços vendidos:	Consolidado 2021
Materiais e combustíveis	(10.382)
Serviços, fretes, aluguéis e outros	(5.162)
Compartilhamento de custos e despesas	(5.085)
Gastos com pessoal	(7.924)
Total	**(28.553)**

18.2 Despesas gerais e administrativas:	Consolidado 2021	Controladora 2021
Serviço de registro, certificação e inspeção	(4.995)	(257)
Serviços Jurídicos (i)	(8.553)	(5.078)
Depreciação e amortização	(6)	–
Gastos com pessoal	(1.333)	(518)
Prêmio por performance - PPC (ii)	(2.919)	–
Total de despesas	**(17.806)**	**(5.853)**

(i) Esse montante refere-se às despesas para acompanhamento de processos judiciais e administrativos, que, na gestão anterior, eram acompanhados pelo jurídico interno da Petroleo Brasileiro S.A. "Petrobras" (antiga acionista). Na gestão da Breitener Holding S.A., tais processos passaram a ser acompanhados por escritórios advocatícios terceirizados, que, em função do grande número de processos, acarretou no aumento destas despesas. (ii) O Prêmio por Performance é um programa interno das empresas que visa oferecer remuneração variável a todos empregados com base no atingimento de metas da empresa e individuais acordadas no início de cada exercício. As premiações são pagas com base em faixas de remuneração e podem variar de 2 a 10 salários anuais por empregado.

19. Outras (despesas) receitas, líquidas:

	Consolidado 2021	Controladora 2021
Gastos vinculados à revitalização da planta industrial (NE 1.1.1)	(20.532)	–
Receita de locação terreno	154	–
Obrigações com P&D	(83)	–
Participação nos lucros e resultados	(70)	–
Amortização menos valia (i)	12.947	12.947
Perda de desvalorização no valor justo da aquisição (ii)	(640)	(640)
Tributário	(318)	(26)
Total de custos dos serviços prestados	**(8.542)**	**12.281**

(i) Este saldo refere-se ao processo de Combinação de Negócios conforme nota explicativa nº 8.1. (ii) Este saldo refere-se à a diferença entre o valor pago e o valor contábil, justificada pela rentabilidade futura, na aquisição de participação da Breitener.

20. Resultado financeiro líquido:

	Consolidado 2021	Controladora 2021
Receitas financeiras		
Receita de juros sobre o arrendamento mercantil financeiro	145.339	–
Receita juros sobre o contas a receber - Acordo judicial	61	–
Receita com recebíveis de ativos financeiros	587	161
Outras Receitas	219	105
	146.206	**266**
Despesas financeiras		
Despesa de juros contrato CCC-ISOL (NE 1.1.3)	(268)	–
Juros s/ debêntures (i)	(3.796)	(3.796)
Despesas financeiras	(578)	(578)
Perda por ajuste a valor justo	(12)	(12)
Outras despesas	387	(29)
	(4.267)	**(4.415)**
Variações monetárias e cambiais, líquidas		
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	73	–
Variação cambial sobre fornecedores	218	–
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	40	–
Atualização monetária sobre CCCD	1.825	–
	2.156	**–**
Resultado financeiro	**144.095**	**(4.149)**

i) Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados nos termos da escritura de emissão.

21. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado 2021	Controladora 2021
Valores pagos durante o exercício		
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte de terceiros	12.398	2.778

22. Processos judiciais e contingências: 22.1 Processos judiciais provisionados: A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a: • Processos fiscais, destacando-se pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela receita federal. • Processo ambiental referente a auto de infração lavrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus - SEMMA, que aplicou penalidade de multa em virtude de descumprimento de exigências ambientais, decorrente do desmoronamento de parte do terreno da subsidiária Breitener Tambaqui. Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado 2021
Processos trabalhistas	
Processos fiscais	1.020
Processos ambientais	398
Total	**1.418**
Passivo não circulante	1.418
Saldo inicial	7.389
Adição / (reversão), líquida	2.914
Utilização	(9.267)
Atualização de juros	382
Saldo final	**1.418**

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 2021, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. **22.2 Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado 2021
Ativo não circulante	
Fiscais	2.200
Total	**2.200**

22.3 Processos judiciais não provisionados: Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2021, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado 2021
Trabalhistas	2.432
Fiscais	23.497
Ambientais	5.566
Total	**31.495**

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

	Estimativa 31.12.2021
Autor: União Federal	
1) Incidência de ICMS sobre transferência de imobilizado para o estado do Amazonas. Situação atual: A execução fiscal encontra-se suspensa, ante o deferimento de efeito suspensivo no processo de embargos à execução.	15.034
2) Trata-se de auto de infração cujo objeto é o lançamento de IRPJ e CSLL. Situação atual: Aguardando o julgamento da defesa administrativa apresentada pela Companhia.	5.993
6) Processos diversos de natureza fiscal	2.470
Total dos processos de natureza fiscal	**23.497**
Descrição do processo de natureza ambiental	**31.12.2021**
Autor: Secretaria Municipal Meio Ambiente de Manaus	
1) Descumprimento de natureza 018/2013 e prática de ação causadora de degradação ambiental em APP - Área de Preservação Permanente. Situação atual: Aguardando julgamento da defesa administrativa apresentada pela Companhia.	5.566
Total dos processos de natureza ambiental	**5.566**
Descrição dos processos de natureza trabalhista	**31.12.2021**
Autor: Wellington Barreto de Oliveira	
1) Trata-se de pagamento de horas extras e adicional noturno. Situação atual: Apresentado agravo de instrumento em recurso de revista no Tribunal Superior do Trabalho. Aguardando julgamento.	2.360
Autor: Outros	
1) Processos diversos de natureza trabalhista	72
Total dos processos de natureza trabalhista	**2.432**

22.4. Contingências Ativas: 22.4.1. Acordo judicial com a Amazonas Energia S.A - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras: As subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, assinaram acordo judicial com a AmE e Eletrobras, conforme mencionado na nota explicativa 1.1.2. Os valores acordados entre as partes, no montante de R$ 436.025, foram calculados de acordo com os parâmetros de atualização monetária e juros estabelecidos nas decisões judiciais proferidas em cada ação judicial. Com a assinatura do acordo judicial com a Amazonas Energia S.A e Eletrobras, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, resolvem os pleitos judiciais relacionados aos processos mencionados abaixo, todavia estes não serão extintos enquanto não cumpridas e satisfeitas integralmente as parcelas e demais obrigações atinentes ao contrato. **a) Reembolso Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados - CCC-ISOL:** Ação de cobrança em face da Amazonas Energia e da Eletrobras, com o objetivo: (i) quanto às faturas futuras, reconhecer o direito de receber durante toda a execução dos contratos de suprimento de energia, o pagamento pela energia fornecida referente ao combustível com base no valor efetivamente reembolsado pela CCC/ISOL, determinando que a Amazonas Energia revisite e corrija as diferenças da CCC/ ISOL presumida e efetiva, bem como determinar que a metodologia contratual seja aplicada também ao consumo de Gás Natural para produção da energia elétrica contratada; e (ii) quanto às faturas pretéritas, determinar que sejam pagas as diferenças de faturamento decorrentes da utilização da metodologia equivocada e ilegalidades utilizadas para cálculo do pagamento pela energia fornecida referente ao combustível, sem prejuízo das sobrevierem no curso da ação, acrescidos de juros de mora e correção monetária. Houve sentença favorável às subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, e antes do acordo judicial aguardava-se julgamento no Superior Tribunal de Justiça. **b) Encargos Moratórios:** A subsidiária Breitener Jaraqui ajuizou ação declaratória cumulada com condenatória em face da Amazonas Energia e Eletrobras, por meio da qual pretendia o recebimento de encargos relativos a juros de mora e correção monetária referente ao atraso das faturas relativas ao contrato de fornecimento de energia, celebrado entre as partes, bem como das faturas inadimplidas, com a inclusão dos encargos legais, a partir de janeiro de 2009. Posteriormente, a subsidiária Breitener Tambaqui ingressou com uma nova ação de cobrança pelo mesmo motivo acima, para as faturas relativas ao período de abril de 2006 a dezembro de 2008. Em outubro de 2020, após ação transitada em julgado pelo Superior Tribunal Federal, com decisão favorável à Companhia, houve início do cumprimento da sentença para o pagamento de encargos sobre as faturas pagas em atraso relativas ao período de julho de 2009 a dezembro de 2018, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e juros de mora, não cabendo mais a possibilidade de recurso à Amazonas Energia. Após iniciada a fase de execução da sentença, as partes apresentaram petição conjunta para suspensão do prazo de execução, objetivando celebrar acordo para parcelamento da dívida. A subsidiária Breitener Tambaqui também ajuizou ação de cobrança pleiteando encargos moratórios referente a atraso das faturas vencidas no período de 2009 a 2012. No entanto, em agosto de 2017, foi celebrado acordo extrajudicial que prevê a quitação deste processo judicial, no montante de R$ 106.749, em 24 parcelas, e os pagamentos das parcelas, na forma de adiantamentos, foram iniciados em agosto de 2017. No entanto, a arrendatária decidiu não quitar as três últimas parcelas residuais, em função da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada. As parcelas inadimplidas do acordo extrajudicial, foram incluídos no acordo judicial celebrado em abril de 2021. **c) Penalidades:** Em 2015, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ajuizaram ação visando a cobrança das parcelas em aberto relativas ao preço do combustível referente à energia fornecida bem como a suspensão da aplicação de penalidade em razão de indisponibilidade de potência, a fim de garantir a totalidade do faturamento da energia contratada. Para esse processo judicial, houve sentença favorável as SPEs. Em 2019, após a queda da liminar, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ingressaram com ação anulatória que busca declarar a ilegalidade de glosas realizadas pela Amazonas Distribuidora relativas às notas de outubro e novembro de 2018, decorrentes de penalidade por indisponibilidade de potência. A ação foi julgada improcedente, reconhecendo a legalidade da penalidade aplicada e, consequentemente, das glosas, condenando as SPEs ao pagamento das custas e honorários advocatícios. Essa ação judicial não estava transitada e julgada até o acordo. Ressalta-se que, para fins do acordo judicial, as faturas glosadas na aplicação da penalidade foram consideradas em sua totalidade, de forma a equalizar os valores devidos por todas as partes. **d) Divergência nos valores de potência contratada**: Ação de cobrança referente a faturamentos a menor da potência contratada entre novembro de 2016 e março de 2017 em razão de aditivo contratual firmado entre as partes, no âmbito de contrato de suprimento de energia celebrado na modalidade Produtor Independente de Energia - PIE. Essa ação foi julgada parcialmente procedente, condenando

as rés ao pagamento das diferenças apuradas no faturamento de suprimento do período de dezembro de 2016 a março de 2017. As partes interpuseram recurso especial, e até a data do acordo aguardava-se o julgamento do Superior Tribunal da Justiça. **22.4.2 Amazonas Energia - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras: a) Atualização de tarifas:** As subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui pleitearam judicialmente créditos oriundos de questionamento referente ao momento em que devia se dar a atualização de suas tarifas de geração de energia. Em 24 de novembro de 2015, em decisão transitada em julgado, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT decidiu favoravelmente as SPEs. O início do cumprimento da sentença se deu em 26 de fevereiro de 2016. Todavia, a execução foi suspensa devido à negociação entre as partes para atender pleito da AmE, que por não apresentar condições financeiras para quitar o valor devido à vista, propôs o parcelamento da dívida em 24 parcelas mensais e sucessivas corrigidas por 111% da taxa Selic. Em 2017, foi celebrado acordo extrajudicial que prevê a quitação desses processos judiciais, no montante de R$ 111.281, em 24 parcelas. Os pagamentos das parcelas, na forma de adiantamentos, foram iniciados em agosto de 2017. No entanto, a arrendatária decidiu não quitar as três últimas parcelas residuais, em função da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada. Esse processo foi extinto em junho de 2019, por entendimento de que a cobrança foi feita via execução do acordo, não sendo mais necessária a intervenção do poder judiciário. **22.4.3. Amazonas Geração e Transmissão de Energia - AmE-GT e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras: a) Penalidades:** Em dezembro de 2019 as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ingressaram ação judicial contra a AmE-GT, por entender ser improcedente as glosas realizadas relativas as notas faturadas no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, devido a incapacidade de entregarem a totalidade da energia prevista no contrato (60MW mês), em função da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de apelação. A ação judicial contra a AmE-GT não foi contemplada no acordo judicial com a Amazonas Energia S.A - AmE - e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Conforme divulgado na nota explicativa n.º 1, o controle da Amazonas Energia S.A - AmE foi transferido para iniciativa privada e os contratos de fornecimentos de energia foram cedidos à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmE-GT), pertencente ao grupo Eletrobras, em dezembro de 2018. Nesse contexto, o acordo judicial celebrado entre as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui e a AmE / Eletrobras, conforme nota explicativa n.º 1.1.2, se limitou às operações durante o período que a AmE pertencia ao grupo Eletrobras. **Prática contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.1. Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

23. Gerenciamento de riscos e investimentos financeiros: 23.1. Instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não efetuaram aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Durante o exercício de 2021 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado 2021	Controladora 2021
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	135.099	59.493
Contas a receber, líquidas	283.499	–
	418.598	**59.493**
Ativo não circulante		
Contas a receber, líquidas	154.128	–
Depósitos judiciais	2.200	–
	156.328	**–**
	574.926	**59.493**

	Consolidado 2021	Controladora 2021
Passivo Circulante		
Fornecedores	33.236	39
Debêntures	6.200	6.200
Adiantamento de cliente	247	19
	39.683	**6.258**
Passivo Não Circulante		
Debêntures	214.570	214.570
Contas a pagar de aquisição	40.522	40.522
Passivo Contingente	192.588	192.588
Outros passivos	952	632
	448.632	**448.312**
	488.315	**454.570**

23.2. Mensuração dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. O valor justo desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis. **23.3. Gerenciamento de riscos:** A gestão da Companhia e de suas controladas são realizadas por seus diretores, segue uma política que visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **23.3.1 Risco cambial:** No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial. O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros. **23.3.2 Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Debêntures	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contas a pagar por aquisição	220,770	220.770	220.770
Taxa sujeita a variação	4,42%	5,53%	6,63%
Despesa financeira projetada	9.758	12.198	14.637
Variação	–	**2.440**	**4.879**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Debêntures	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contas a pagar por aquisição	40.522	40.522	40.522
Taxa sujeita a variação	4,42%	5,53%	6,63%
Despesa financeira projetada	1.791	2.239	2.687
Variação	–	**448**	**896**

23.3.3 Risco de crédito: A Companhia está expostas ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, e demais contas a receber em 31 de dezembro de 2021. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa, equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. **23.3.4 Risco de Liquidez:** É o risco de a Companhia não dispõem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

	Valor	Até 1 ano	1-5 anos
Debêntures (nota 14)	220.770	6.200	214.570
Contas a pagar por aquisição	40.522	–	40.522
Total	**261.292**	**6.200**	**255.092**

23.4. Seguros: Para proteção de seu patrimônio, a Companhia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

24. Combinação de negócios: Em 9 de novembro de 2021, foi concluída a compra, pela Breitener Holding e Participações S.A., de 100% do capital social da Breitener Energética S.A., conforme documento "Certificado de Fechamento" assinado entre as partes que esclarece que as condições suspensivas foram cumpridas, principalmente quanto a: necessidade de avaliação e aprovação do CADE, não exercício de preferência pelos acionistas minoritários e obtenção de financiamento do preço de aquisição. Também nesta data foram praticados os seguintes atos: devolução da garantia financeira fornecida pela compradora, transferência da totalidade das ações à compradora, rescisão do contrato de compartilhamento de custos entre a Companhia e a vendedora, dentre outros. **Contraprestação transferida:** A contraprestação transferida de R$ 497.489 foi composta da seguinte forma:

Em milhares de Reais	31/08/2021
Parcela do principal (i)	264.336
Earn - out (ii)	39.944
Venda de motores (iii)	621
Obrigação por restituição (Ativo contingente) (iv)	192.588
Total da contraprestação transferida	**497.489**

i) Preço base de aquisição definido em agosto de 2021 ajustado pela correção definida em contrato e descontado o LeakagePetrobras (LP). ii) Valor presente do earn-out relacionado com a correção do contrato pelo IGP-M em 2023 e 2024 nos montantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-B), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025. iii) Venda de motores (restituição do valor de 90% à Petrobras) -13 motores Jenbacher. iv) Ativo fiscal registrado nas empresas e que foi excluído da negociação, devendo ser restituído à Petrobras quando da sua realização. **Ativos adquiridos e passivos assumidos:** A tabela abaixo resume o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data base de 31 de outubro de 2021:

Em milhares de Reais	31/10/2021
Caixa e equivalentes de caixa	93.129
Clientes	287.949
Estoques	124.315
Impostos a recuperar	297.143
Outros créditos	663
Clientes - acordo judicial	22.043
Impostos diferidos	25.270
Depósitos judiciais	2.081
Imobilizado	8.291
Fornecedores de serviços	(42.328)
Obrigações trabalhistas	(5.858)
Obrigações tributárias	(104.934)
Outras contas a pagar	(8.788)
Dividendos a pagar	(6.436)
Empréstimos e financiamentos	(220)
Impostos e contribuições sociais diferidos	(185.192)
Provisões e contingências	(10.279)
Total dos ativos identificáveis, líquido	**496.849**

Mensuração de valor justo: As principais premissas no cálculo do valor justo do Contas a Receber de Arrendamento são: (i) Taxa de desconto nominal de 13,3%; As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Contas a Receber de Arrendamento	O contas a receber representa, substancialmente, o reconhecimento do arrendamento mercantil em virtude da entrega dos ativos e passivos ao final do contrato à Amazonas Energia S.A.. Para o cálculo inicial considerou-se o faturamento relacionado com a obrigação de performance de disponibilidade de potência a valor presente por taxa de desconto intrínseca que equilibra o valor do ativo imobilizado líquido na data do reconhecimento inicial. O valor justo do contas a receber considera o reequilíbrio entre as obrigações de performance, ajustando o déficit da geração de receita (O&M).

Valor bruto do contas a receber de arrendamento, considerando o total dos montantes a receber até o final da vigência dos contratos é de R$ 787.411.

Ágio

Em milhares de Reais	31/10/2021
Contraprestação transferida	497.489
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(496.849)
Parcela não alocada (goodwill)	**640**

O ágio é atribuído principalmente ao contrato, que prevê a geração de energia e disponibilidade de potência das empresas operacionais Breitener Energética S.A que possuem com a Amazonas Energia. S.A, e que são controladas pela Breitener Holding e Participações S.A. **Contribuição na receita e resultado:** Devido a aquisição da Breitener Energética S.A. o resultado da Holding teve um acréscimo de receita em R$ 45.844 e o resultado líquido em R$ 9.391 durante o período de outubro de 2021 a dezembro de 2021. Se a Energética tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2021, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R$ 275.066 e lucro líquido proforma de R$ 56.348. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

25. Eventos Subsequentes: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 21 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou a realização da cessão obrigatória para a Breitener Energética S.A. das obrigações da Emissora Original. Em 27 de janeiro de 2022, a Breitener Energética S.A. concluiu a cessão obrigatória junto a Breitener Holding Participações S.A., nos termos do Contrato de Cessão e Assunção Onerosa de Obrigações e Avenças, por meio do qual a dívida oriunda das debêntures e da escritura de emissão foi absorvida integralmente pela Companhia naquela data. As debêntures são da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussóra, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Os recursos captados foram utilizados para aquisição de 100% da participação acionária da Breitener Energética S.A. A primeira emissão de debentures foi realizada pela Breitener Holding e Participações S.A. em 09 de novembro de 2021, conforme a Instrução CVM nº 476, em série única, não conversiveis em ações, no valor de R$ 225.000, com vencimento em 09 de abril de 2024. A Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2023, deliberou sobre a ratificação do empréstimo realizado por meio de mútuos sem juros entre a Companhia e a Portocem Geração de Energia S.A., conforme demonstrado abaixo: i. Mútuo sem juros realizado entre a Portocem, na qualidade de mutuária, e a Companhia, na qualidade de mutuante, celebrado em 01 de fevereiro de 2022, no valor de R$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais), com vencimento previsto em 31 de dezembro de 2023 ("Mútuo nº 1"); ii. O mútuo sem juros realizado entre a Portocem, na qualidade de mutuária, e a Companhia, na qualidade de mutuante, celebrado em 04 de agosto de 2022, no valor de R$ 39.544.231,95 (trinta e nove milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, duzentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos), com vencimento previsto em 31 de dezembro de 2023 ("Mútuo nº 2" e, em conjunto com o Mútuo nº 1, "Mútuos"); e iii. O recebimento pela Companhia de recursos da Portocem no valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais), em 31 de outubro de 2022, a título de amortização antecipada e parcial do Mútuo nº 1 ("Primeira Amortização"). Em 05 de janeiro de 2023, em uma reunião de diretoria, a Companhia deliberou sobre o reembolso por parte da subsidiária integral Breitener Energética S.A. de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única nos termos da Lei nº 6.385 e Instrução CVM nº 467. Assim, ficou deliberado que a Companhia possa receber os recursos da Breitner Energética no valor total de R$18.044.231,95, a título de reembolso do pagamento das 02 (duas) primeiras parcelas de amortização das Debêntures em 09 de dezembro de 2021 e 09 de janeiro de 2022.

Diretoria Executiva

Mário Humberto de Souza Lopes – Diretor Administrativo

Paulo Alexandre Macedo de Almeida – Diretor Presidente

Conselho de Administração

Ramon Andres Lafee Espinoza – Conselheiro

Javier Antonio Marrero Castells – Conselheiro

Emilio Alberto Vicens – Conselheiro

Contador

Romualdo de Freitas
Contador - CRC-AM 016541/O AM

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da Breitener Holding e Participações S.A.
Rio de Janeiro/RJ

Opinião com Ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Breitener Holding e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 08 de fevereiro de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Breitener Holding e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 08 de fevereiro de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para Opinião com Ressalva:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 24, durante o exercício de 2021 a Companhia adquiriu o controle da Breitener Energética S.A.. Em 31 de dezembro de 2021, a companhia registrou o montante de R$ 478.886 mil na rubrica de investimentos em suas demonstrações financeiras. No entanto, na data de aquisição, a Companhia não reconheceu a transação de acordo com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios, a qual equer que a Companhia realize a mensuração a valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a contrapartida transferida na aquisição de controle da subsidiária mencionada acima. O resultado dessas mensurações poderia impactar em um reconhecimento de compra vantajosa ou ágio por expectativa de rentabilidade futura por montante diferente ao anteriormente calculado pela Companhia. Adicionalmente, se a transação tivesse sido contabilizada de acordo com o CPC 15 (R1)/IFRS 3, vários elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório dos Auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva", concluímos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção. **Principal Assunto de Auditoria:** Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião com ressalva, determinamos que não existem outros Principais Assuntos de Auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023
KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Milena Santos - Contadora CRC RJ-100983/O-7

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

MINISTÉRIO DA DEFESA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO 05/2023

A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado no Boletim Interno/ESG N° 55, de 04 de jan 2023, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo Menor Preço do item, tendo por finalidade a **aquisição de gêneros alimentícios para a Escola Superior de Guerra.** A sessão pública será realizada no dia **29 de maio de 2023, às 09h00min**, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (https://www.gov.br/compras/pt-br).

Tangara Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131
Edital de Convocação – Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
São convidados os Acionistas a participarem das Assembleias a serem realizadas na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º andar, sala 08, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, em primeira convocação, às 14h30, segunda convocação às 14:35 e terceira e ultima convocação às 14:40, do dia 30/05/2023, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (i)** aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; **(ii)** deliberar sobre a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social findo em 31/12/2022; **(iii)** reeleger e/ou eleger os diretores; **(iv)** fixar o valor da remuneração global anual dos Diretores; **(v)** deliberar sobre a redução do capital social; **(vi)** outros assuntos de interesse social. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Diretor.
(17, 18 e 19/05/2023)

Centro de Excelência Oncológica S.A.
CNPJ/MF nº 15.483.798/0001-47 – NIRE 33.300.302.409
Declaração de Extravio
Centro de Excelência Oncológica S.A., com sede na Av. Ayrton Senna, 2500, BLC 01 Lojas 108 A 113 BLC 02 Lojas 101 A 115 E BLC 03 Lojas 108 A 111, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ, comunica o extravio, para os devidos fins de direito, dos Livros relacionados abaixo: Livro de Transferência de Ações Nominativas, número de ordem 01, autenticado em 06/07/2012, sob nº 103318. Livro de Presença de Acionistas, número de ordem 01, autenticado em 06/07/2012, sob nº 103321. Livro de Registro Ações Nominativas, número de ordem 01, autenticado em 06/07/2012, sob nº 103325. Livro de Atas das Assembleias Gerais, número de ordem 01, autenticado em 14/05/2013, sob nº 141075. Livro de Registro de Ações Nominativas, número de ordem 01, autenticado em 26/09/2019, sob nº 3772754. Livro de Transferência de Ações Nominativas, número de ordem 01, autenticado em 26/09/2019, sob nº 3772759.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628

MARCELLINO MARTINS IMOBILIÁRIA S.A.

CNPJ Nº 33.520.438/0001-50

Relatório da Administração: Em cumprimento aos dispositivos legais estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as Dfs. referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Rio de Janeiro, 28/04/2023. A diretoria.

Balanços patrimoniais - Em 31/12/2022 e de 2021 - Em Milhares de Reais (R$)

ATIVO CIRCULANTE	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	662	1.272
Aplicações financeiras	5	51.973	49.346
Contas a receber	6	5.217	5.214
Outras contas a receber		247	32
		58.100	**55.864**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	7	608	608
Custos amortizáveis	8	1.363	1.400
Terrenos a comercializar		1.461	1.461
Propriedade para investimento	9	240.650	273.400
Imobilizado		67	66
		244.149	**276.935**
TOTAL DO ATIVO		**302.249**	**332.799**

PASSIVO CIRCULANTE	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores		130	146
Impostos e contribuições a recolher	10	294	872
Salários e encargos		204	168
Receitas diferidas		101	101
Outras obrigações a pagar		722	691
		1.450	**1.978**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências		528	528
Tributos diferidos	18	75.180	86.912
Receitas diferidas		159	263
		75.866	**87.703**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital social		25.796	25.796
Reservas de lucros		199.138	217.322
		224.934	**243.118**
TOTAL DO PASSIVO		**302.249**	**332.799**

Demonstrações do resultado
Em 31/12/2022 e de 2021 - Em milhares de Reais (R$)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	13	17.143	16.078
Custos de aluguéis e serviços	14	(4.476)	(4.033)
Lucro bruto		**12.667**	**12.045**
Despesas gerais e administrativas	15	(3.675)	(3.710)
Despesas comerciais	16	(361)	(738)
Perda no ajuste a valor justo	9	(32.750)	7.800
(Prejuízo) Lucro antes do resultado financeiro		**(24.119)**	**15.397**
Receitas financeiras	17	2.318	517
Despesas financeiras	17	(5)	(13)
Resultado financeiro		**2.313**	**504**
(Prejuízo) Lucro do exercício antes do IRPJ e CSLL		**(21.806)**	**15.901**
Provisão para o IRPJ/CSLL correntes	18	(2.078)	(1.654)
Provisão para o IRPJ/CSLL diferidos	18	11.733	(2.496)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		**(12.151)**	**11.751**
Quantidade de ações		19.145.068	19.145.068
(Prejuízo) Lucro líquido por ação (R$)		**(0,63)**	**0,61**

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31/12/2022 e de 2021 - Em milhares de Reais (R$)

	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**(12.151)**	**11.751**
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(12.151)**	**11.751**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31/12/2022 e de 2021 - Em milhares de Reais (R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**(21.806)**	**15.901**
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa operacional gerado:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24	459
Rendimentos sobre aplicações financeiras de renda fixa	(3.540)	(1.631)
Resultado em aplicações de renda variável	1.731	(989)
Depreciação	3	3
Variação no valor justo da propriedade para investimento	32.750	(7.800)
Variações nas contas de ativo e passivo:		
Contas a receber	(27)	(929)
Outras contas a receber	(215)	14
Fornecedores	(16)	(367)
Impostos e contribuições a recolher	(4)	377
Salários e encargos	36	10
Receita diferidas	(104)	(89)
Outras obrigações a pagar	31	273
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.653)	(1.654)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**6.209**	**3.578**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições e resgates das aplicações financeiras, líquidos	(819)	1.854
Custos amortizáveis	37	(1.400)
Adições ao ativo imobilizado	(4)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**(786)**	**454**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(1.041)	(1.719)
Juros sobre capital próprio pagos	(4.992)	(1.971)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(6.033)**	**(3.690)**
(Redução) Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(610)**	**342**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.272**	**930**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**662**	**1.272**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2022 e de 2021 - Em milhares de Reais (R$)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de investimento e capital de giro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**25.795**	**5.159**	**204.103**	**-**	**235.057**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.751	11.751
Destinação do lucro					
Dividendos pagos exercícios anteriores	-	-	(1.719)	-	(1.719)
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	-	-	-	(1.971)	(1.971)
Transferência de lucros para reserva	-	-	9.780	(9.780)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**25.795**	**5.159**	**212.164**	**-**	**243.118**
Dividendos pagos de exercícios anteriores	-	-	(1.041)	-	(1.041)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(12.151)	(12.151)
Destinação do resultado					
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	-	-	-	(4.992)	(4.992)
Transferência de reserva para lucros acumulados	-	-	(17.143)	17.143	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**25.795**	**5.159**	**193.980**	**-**	**224.934**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de Reais (R$) exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Marcellino Martins Imobiliária S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, a Av. Rio Branco, 123, 12º andar, Grupo 1201, Centro, Rio de Janeiro, RJ e tem como atividade principal a participação em empreendimentos imobiliários. Atualmente a Companhia vem operando preponderantemente na participação direta e exploração econômica do Shopping Center Iguaçu Top Shopping (Shopping Center de Nova Iguaçu - RJ). A Companhia possui 50% do shopping center inaugurado em 28/10/1996. O shopping center é regido através de uma estrutura denominada Condomínio "Pro Indiviso" - CPI. O shopping center não é pessoa jurídica, mas unidade operada sob uma convenção pela qual os proprietários (empreendedores) dividem todas as receitas, custos e despesas. A convenção de CPI é uma opção permitida pela legislação brasileira por um período de cinco anos podendo ser renovada. Por meio da convenção de CPI cada co-empreendedor possui uma participação sobre toda a propriedade à qual é indivisível. Em 31/12/2022 e de 2021 a Companhia detém a representação legal e a administração do shopping center anteriormente mencionado. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no período apresentado salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação -** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 emitida pelo CPC em novembro de 2014 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas respectivas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD); Valor justo da propriedade para investimento. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A autorização pela Administração para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em 28/04/2023. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do período. **2.3. Contas a receber -** Consiste substancialmente em aluguéis a receber de clientes, bem como a Cessão de Direito de Uso (CDU) correspondente aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia. Os aluguéis a receber de clientes ficam classificados no circulante quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos caso contrário estará apresentado no ativo não circulante. Os aluguéis a receber são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos sendo posteriormente mensuramos ao Custo Amortizado (CA). **2.4. Ativos financeiros - 2.4.1. Reconhecimento inicial e mensuração -** Ativos financeiros no reconhecimento inicial são mensurados ao Custo Amortizado (CA) e subsequentemente mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota Explicativa nº 2.9. Reconhecimento de receitas. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo Custo Amortizado (CA) ou pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. **2.4.2. Ativos financeiros ao Custo Amortizado (CA) (instrumentos de dívida) -** A Companhia mensura os ativos financeiros ao Custo Amortizado (CA) se ambas as seguintes condições forem atendidas: **(a)** O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; **(b)** Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem em datas especificadas a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao Custo Amortizado (CA) são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao Custo Amortizado (CA) incluem contas a receber de clientes e outras contas a receber. Os ativos financeiros da Companhia ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) incluem principalmente as aplicações financeiras. **2.4.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros -** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR). As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontadas a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. **2.5. Passivos financeiros - 2.5.1. Reconhecimento inicial e mensuração -** Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) e contas a pagar conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). **2.6. Propriedades para investimentos -** Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações ou ambos) mantida pelo proprietário ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento operacional para rendimento de aluguéis, valorização ou ambos e não para: **(a)** Uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; **(b)** Venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de 50% do Iguaçu Top Shopping (Shopping Center) que é mantido para auferir receitas de aluguel de longo prazo. Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. **2.6.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -** A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. **2.7. Provisões -** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado e provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado no todo ou em parte por exemplo: por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.8. Tributação - 2.8.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes -** O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões quando apropriado com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. São computados em base mensal sob a sistemática do lucro real anual. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado ajustado nos termos da legislação vigente. A provisão para o imposto de renda é constituída pelo montante bruto aplicando-se a alíquota-base de 15% mais o adicional de 10%. **2.8.2. Imposto de renda e contribuição social - diferidos -** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.8.3. Impostos sobre receitas -** A Companhia utiliza a sistemática do lucro real a Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e é calculada à alíquota de 1,65% aplicada sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 7,6% aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS. **2.9. Reconhecimento da receita - 2.9.1. Receita de aluguel e Cessão de Direitos de Uso (CDU) -** A Companhia reconhece suas receitas de aluguel e Cessão de Direito de Uso (CDU) pelo método linear durante o período do arrendamento incluída na receita na demonstração do resultado devido à sua natureza operacional. Essas operações são classificadas como arrendamentos operacionais, uma vez que a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo. Os contratos de locação de forma geral estabelecem que os locatários devem pagar o maior valor entre um mínimo contratual estipulado e uma variável calculado através de um percentual sobre as vendas de cada estabelecimento. Os aluguéis mínimos são ajustados por aumentos fixos regulares ao longo do prazo dos contratos, aluguel em dobro no mês de dezembro e pela inflação. De acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil as receitas de aluguéis mínimos considerando eventuais efeitos de carências, descontos, etc. e excluindo os efeitos inflacionários devem ser reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato e qualquer excesso do aluguel variável é reconhecido quando incorrido independentemente da forma de recebimento. Analogamente as receitas de Cessão de Direito de Uso (CDU) também são reconhecidas em bases lineares durante o prazo de duração dos contratos a partir do início do prazo da locação. **2.9.2. Receita de estacionamento -** Refere-se à receita com a exploração de estacionamentos do shopping center apropriada ao resultado de acordo com o regime de competência. **2.9.3. Receitas de financeiras -** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (incluindo derivativos) e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **2.10. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) -** As Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **3. Gestão de riscos:** Alguns riscos inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle conforme exposto a seguir: **a) Risco de mercado -** Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e quando aplicável têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **b) Risco de crédito -** Considerado como a possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável os créditos adquiridos estão garantidos por retenções, coobrigação dos cedentes ou garantia real assegurando a integridade do fluxo de caixa prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. **c) Risco de liquidez -** Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez. **d) Risco operacional -** Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos a Companhia estabeleceu rotinas de verificação realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo de "Caixa e equivalentes de caixa" está composto da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2021
Fundo fixo	-	1
Depósitos bancários	662	1.271
	662	**1.272**

5. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são representadas basicamente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata* e por fundos de aplicação financeira que são registrados de acordo com o valor da cota de cada fundo no encerramento do exercício. Apresentamos a composição das aplicações financeiras como segue:

	31/12/2022	31/12/2021	Taxas de 2022
Banco Bradesco S.A.	7.975	2.721	103% CDI
BNP Paribas	-	2.503	-
Banco Itaú Personnalité S.A.	40.282	34.095	97,50% do CDI
Total Renda fixa	**48.257**	**39.319**	
Total Renda variável	3.716	10.027	
	51.973	**49.346**	

6. Contas a receber	31/12/2022	31/12/2021
Aluguéis (a)	11.545	11.465
Cessão de Direitos de Uso (CDU) (b)	610	663
Cliente por venda de imóveis (c)	391	391
Total contas a receber	**12.546**	**12.519**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(7.329)	(7.305)
	5.217	**5.214**

a) Representa o contas a receber de lojistas de aluguel mínimo e aluguel percentual; b) Representa o contas a receber de lojistas referente à Cessão de Direito de Uso (CDU) das lojas e outros espaços no Shopping; c) Referem-se a saldo remanescente das atividades imobiliárias da Companhia referente aos empreendimentos construídos em anos anteriores em conjunto com os outros sócios. A composição por idade de vencimento de contas a receber é apresentada a seguir:

		Saldo vencido			
	Saldo a vencer	< 90 dias	91-180 dias	Acima de 181 dias	Total
Aluguéis	3.880	370	210	7.085	11.545
Cessão de Direitos de Uso (CDU)	162	6	3	439	610
Cliente por venda de imóveis				391	391
Total em 2022					**12.546**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)					(7.329)
Saldo líquido 2022					**5.217**

		Saldo vencido			
	Saldo a vencer	< 90 dias	91-180 dias	Acima de 181 dias	Total
Aluguéis	4.200	426	135	6.704	11.465
Cessão de Direitos de Uso (CDU)	201	13	7	442	663
Cliente por venda de imóveis	-	-	-	391	391
Total em 2021	4.401	439	142	7.537	**12.519**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)					(7.305)
Saldo líquido 2021					**5.214**

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) foi a seguinte:

	R$
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(6.846)**
Constituição	(459)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(7.305)**
Constituição	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(7.329)**

6.1. Locação e cessão de direito - A Companhia optou por utilizar a abordagem simplificada para estimar a perda esperada sobre seus recebíveis, fazendo uso de uma matriz de perdas esperadas elaborada com base no histórico de perdas, ajustada pelas expectativas da Administração sobre os aspectos que possam influenciar a inadimplência dos lojistas no futuro. A seguir são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito nas contas a receber de locação e cessão de direito da Companhia utilizando-se de uma matriz de provisão:

	%	
Risco	**31/12/2022**	**31/12/2021**
A vencer	5,55	5,42
Vencidos até 30 dias	40,13	37,33
Vencidos até 60 dias	53,61	49,97
Vencidos até 90 dias	63,22	59,26
Vencidos até 120 dias	69,90	66,07
Vencidos até 180 dias	78,02	74,29
Vencidos há mais de 180 dias	90,00	90,50

6.2. Clientes por venda de imóveis - Para a rubrica Clientes por venda de imóveis a Companhia entendeu como adequado constituir Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) pelo montante integral do saldo a receber no valor de R$ 391 em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. **7. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são demonstrados conforme a natureza das suas respectivas causas:

	31/12/2022	31/12/2021
Tributários (a)	528	528
Cíveis	80	80
	608	**608**

a) Em relação as ações judiciais que discutem a cobrança da COFINS incidem a partir de março de 2002, respectivamente, sobre a receita de aluguel e cessão de direito, a Companhia obteve liminar suspendendo a exigibilidade do tributo, mas as decisões de 1ª e 2ª instâncias foram desfavoráveis. Dessa forma, foram efetuados os depósitos judiciais do tributo referente a COFINS até fevereiro de 2014 (saldo de R$ 528). A Companhia aguarda a decisão do Superior Tribunal Federal ("STF"). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a causa se encontra integralmente provisionada e devido a possibilidade de perda provável no valor de R$ 528. **8. Custos amortizáveis:** Referem-se a valores empregados no custeio de obras necessárias à instalação de atividades comerciais de lojistas. Os saldos são demonstrados ao custo dos montantes disponibilizados e em caso de rescisão antecipada os mesmos são atualizados pelos índices constantes nos contratos de locação. Os gastos são amortizados de acordo com os prazos contratuais. **9. Propriedade para Investimento:** O valor de custo destes ativos é representado por:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	273.400	265.600
Ajuste a valor justo (a)	(32.750)	7.800
	240.650	**273.400**

a) Montante reconhecido no resultado do exercício. A propriedade para investimento é representada pelo valor justo do empreendimento do Iguaçu Top Shopping que foi determinado com base no laudo de avaliação elaborado pela CBRE Consultoria do Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2022. A avaliação pelo valor justo da propriedade para investimento foi determinada com base em laudo de especialista externo, suportado por taxas e evidências do mercado. Dessa forma, o valor justo da propriedade para investimento baseou-se em avaliação externa realizada por profissionais que possuem experiência em avaliação nessas propriedades. As premissas de longo prazo utilizadas em 31 de dezembro de 2022, data em que a Companhia realizou sua mais recente avaliação detalhada do valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado dessa propriedade encontram-se descritas a seguir:

Premissas da avaliação do valor justo	31/12/2022	31/12/2021
Prazo fluxo de caixa	10 anos	10 anos
Taxa desconto fluxo de caixa	9,75%	8,50%
Taxa capitalização/perpetuidade	8,00%	7,50%

A Companhia calcula as taxas de descontos utilizando o mesmo critério de avaliação histórica de investimentos.

10. Impostos e contribuições a recolher	31/12/2022	31/12/2021
IR e CS a recolher	47	621
IRRF a recolher	34	16
PIS e COFINS a recolher	211	233
Outros	2	2
	294	**872**

11. Contingências: Durante o curso normal de seus negócios a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais com base nas opiniões de consultores jurídicos. A Companhia não possui processos avaliados pelos assessores jurídicos como perdas prováveis em 31/12/2022 e de 2021, à exceção da provisão da totalidade dos depósitos judiciais tributários efetuados no montante de R$ 528. **12. Patrimônio líquido: a) Capital social -** O capital subscrito e integralizado em 31/12/2022 e de 2021 é de R$ 25.795 e está representado por 19.145.068 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **b) Reserva legal -** É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **c) Reserva de investimento e capital de giro -** Conforme estabelecido pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações a Assembleia Geral poderá por proposta dos órgãos da Administração deliberar/ reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Em 31/12/2022 a Companhia absorveu dessa reserva o montante de R$ 17.143. **d) Dividendos e juros sobre o capital próprio -** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Os dividendos e juros sobre o capital próprio foram apurados como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(12.151)	11.751
Variação do valor justo líquido dos impostos diferidos	21.615	(5.304)
Base para constituição de reservas	**9.464**	**6.447**
Constituição de reserva legal - 5%	-	-
Base de cálculo dos dividendos	**9.464**	**6.447**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	2.366	1.612
Total de JSCP pagos alocados a dividendos	4.992	1.971

13. Receita líquida de aluguéis e serviços	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de aluguel	17.401	16.145
Receitas de Cessão de Direito de Uso (CDU)	209	297
Resultado do estacionamento (a)	1.461	1.167
Total contas a receber	**18.711**	**17.609**
Impostos, contribuições e descontos concedidos	(1.566)	(1.531)
	17.143	**16.078**

a) O resultado do estacionamento refere-se à participação como sócia participante de Sociedade por Cota de Participação ("SCP") cujo objeto é a exploração do estacionamento do Top Shopping.

14. Custos de aluguéis e serviços	31/12/2022	31/12/2021
Condomínio	(4.099)	(3.951)
Auditoria de lojas	(298)	-
Fundo de promoção	(79)	(82)
	(4.476)	**(4.033)**

15. Despesas gerais e administrativas: A composição das despesas em 31/12/2022 e de 2021 é conforme segue:

continuação...

MARCELLINO MARTINS IMOBILIÁRIA S.A.

CNPJ Nº 33.520.438/0001-50

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração da diretoria	(607)	(632)
Despesas com pessoal	(2.096)	(1.929)
Serviços prestados pessoa jurídica	(558)	(458)
Despesas com aluguel	(271)	(263)
Outras despesas	(143)	(428)
	(3.675)	**(3.710)**

16. Despesas comerciais: A composição das despesas em 31/12/2022 e de 2021 é conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Comercialização	(189)	(280)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(172)	(458)
	(361)	**(738)**

17. Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos sobre aplicações financeiras de renda fixa	3.644	(852)
(Perdas) Ganhos em aplicações de renda variável	(1.731)	615
JCSP e Dividendos sobre renda variável	266	568
Juros recebidos	140	186
Total receitas financeiras	**2.319**	**517**
Despesas bancárias	(5)	(13)
Perdas em aplicações de renda variável	(1)	-
Total despesas financeiras	**(1.739)**	**(13)**
	2.313	**504**

18. Imposto de renda e contribuição social	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido antes do imposto de renda contribuição social	(21.806)	15.901
Alíquota nominal - %	34%	34%
Impostos – nominais	**7.414**	**(5.406)**
Efeitos tributários sobre		
Juros sobre capital próprio	1.697	670
Resultado do estacionamento	497	397
Dividendo de renda variável	28	127
Outros	19	62
	9.655	(4.150)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(2.078)	(1.654)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	11.733	(2.496)
	9.655	**(4.150)**

A Companhia possui registrado IR e CS diferidos acumulados que se compõem como segue: **18.1. Composição -** Os saldos de diferidos apresentam-se como segue:

Diferenças temporárias	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	2.095	2.087
Ajuste a valor justo de renda variável	589	-
Total dos créditos diferidos	**2.684**	**2.087**
Valor justo de propriedade para investimento	(77.864)	(88.999)
Total dos débitos diferidos	**(77.864)**	**(88.999)**
	(75.180)	**(86.912)**

19. Evento subsequente: No dia 08/02/2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise da Administração, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão.

Diretoria: Roberto Martins Guimarães - Diretor Presidente
Marcelo Gomes de Aguiar - Diretor Superintendente
Contador: Jose Renato C. S. Rosa - Contador - CRC-RJ 093177/O

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos: Acionistas e Administradores da **Marcellino Martins Imobiliária S. A.** Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Marcellino Martins Imobiliária S. A. ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Marcellino Martins Imobiliária S. A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria do exercício anterior -** As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31/12/2021 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30/05/2022, sem ressalva sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023.

Eduardo José Ramón Leverone Contador CRC RJ-067.460/O-6 — **RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda.** CRC 2SP-030.001/O-0

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM" HOSPITAL DA MULHER MARISKA RIBEIRO

CNPJ.: 66.518.267/0039-56

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

Ativo	Notas	2022
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	4	6.640.118,71
Adiantamentos a Fornecedores		207.113,68
Adiantamentos a Empregados	5	4.454,28
Impostos Recuperáveis		2.883,03
Créditos do Termo de Colaboração	6	13.207.099,41
Estoques	7	2.993.332,27
Despesas Antecipadas		4.628,81
		23.059.630,19
Ativo não Circulante		
Imobilizado	8	1.419.085,36
		1.419.085,36
Total do Ativo		**24.478.715,55**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2022
Passivo Circulante		
Fornecedores		2.292.306,45
Obrigações Trabalhistas	9	3.060.095,66
Obrigações Sociais e Fiscais	10	1.862.673,15
Empréstimos e Financiamentos	11	123.500,01
Contas a Pagar	12	555.847,87
Provisões para Férias e Encargos		3.732.729,12
		11.627.152,26
Passivo não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos	11	185.250,01
Bens Públicos em nosso poder	13	1.419.085,36
		1.604.335,37
Patrimônio Líquido		
Superávit do Exercício	26	11.013.375,93
Transferências Patrimoniais		233.851,99
		11.247.227,92
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**24.478.715,55**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

	Superávit Acumulado	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	-	-	-
Transferências Patrimoniais	-	233.851,99	233.851,99
Superávit do Exercício	11.013.375,93	-	11.013.375,93
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**11.013.375,93**	**233.851,99**	**11.247.227,93**

Demonstração dos Resultados do Período Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

	Notas	2022
Receitas Líquidas	14	**82.956.891,37**
Termo de Colaboração	15	79.981.474,80
Realização de Bens Públicos em nosso poder		4.382.894,73
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(1.407.478,16)
Custos		**(63.062.819,93)**
Pessoal e Reflexo	17	(44.520.315,60)
Serviços Terceirizados	18	(11.208.447,64)
Medicamentos e Materiais de Consumo	19	(7.334.056,69)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	24	(10.175.821,99)
(-) Isenção da CPP Usufruída	24	10.175.821,99
(=) Resultado Bruto		**19.894.071,44**
Despesas		**(10.229.472,62)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(2.358,05)
Despesas Gerais	20	(10.227.114,57)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		**339.378,63**
Receitas com Doações		172.832,27
Outras Receitas		166.546,36
(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras		**10.003.977,45**
Resultado Financeiro	16	**1.009.398,48**
Receitas Financeiras		1.025.790,02
(-) Despesas Financeiras		(16.391,54)
Superávit do Exercício	26	**11.013.375,93**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

Atividades Operacionais	2022
Superávit do Exercício	11.013.375,93
(Aumento) Redução do Ativo	
Adiantamentos a Fornecedores	(207.113,68)
Adiantamentos a Empregados	(4.454,28)
Impostos Recuperáveis	(2.883,03)
Créditos do Termo de Colaboração	(13.207.099,41)
Estoques	(2.993.332,27)
Despesas Antecipadas	(4.628,81)
Aumento (Redução) do Passivo	
Fornecedores	2.292.306,45
Obrigações Trabalhistas	3.060.095,56
Obrigações Sociais e Fiscais	1.862.673,15
Provisões para Férias e Encargos	3.732.729,12
Outras Obrigações	555.847,87
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**6.097.516,60**
Atividades de Investimento	
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(1.407.478,16)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(1.407.478,16)**
Atividades de Financiamento	
Recebimento de numerário para aquis. de Imobilizado	1.407.478,16
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	308.750,02
Incorporação ao Patrimônio Líquido	233.851,99
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**1.950.080,17**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**6.640.118,71**
Caixa E Equivalentes de Caixa	
Disponibilidades no Início do Exercício	-
Disponibilidades no Final do Exercício	6.640.118,71
Variação Líquida nas Disponibilidades	**6.640.118,71**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. O **CEJAM,** qualificado como Organização Social, através do Termo de Colaboração nº 001/2022 firmado com a **Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro** em 25 de fevereiro de 2022, com prazo de vigência de dois anos, no montante de R$ 191.535.539,53 a ser repassado em 8 parcelas trimestrais, visando o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no **Hospital da Mulher Mariska Ribeiro.** As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar em atividade. **2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. **• Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **• Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022. **3.b) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas anteriormente definidas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 25 anos; • Instalações: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. **3.c) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas:** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	2022
Caixa	
Fundo Fixo de Caixa	1.560,22
Banco - Aplicações Financeiras	
Banco do Brasil S.A.	6.638.558,49
	6.640.118,71

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit do exercício aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5. Adiantamento a Empregados	2022
Adiantamentos de Férias	4.454,28
	4.454,28

6. Créditos do Termo de Colaboração	2022
Termo de Colaboração nº 01/2022	13.207.099,41
	13.207.099,41

7. Estoques	2022
Dietas Parenterais	
Nutrição Enteral	679.417,52
Medicamentos	540.310,48
Materiais Médico / Hospitalar	532.021,70
OPME	0,01
Materiais de Expediente / Escritório	89.525,71
Materiais de Manutenção	1.268,59
Materiais de Informática	36.924,96
Materiais de Limpeza e Descartáveis	10.503,71
Materiais de EPI e EPC	4.116,30
Materiais de Higiene	5.948,32
Gêneros Alimentícios	13.677,93
Utensílios de Copa	10.592,32
Uniformes e Rouparias	887,04
Material Permanente	961.503,00
Outros Materiais	106.634,68
	2.993.332,27

8. Imobilizado		
Imobilizado de Gestão Pública	**Taxa**	**2022**
Máquinas e Equipamentos	10%	336.872,16
Equipamentos de Uso Médico	10%	3.769.980,63
Equipamentos de Informática	20%	942.705,50
Móveis e Utensílios	10%	742.446,80
(-) Depreciação Acumulada		(4.372.919,73)
		1.419.085,36

Conforme preceituado no Termo de Colaboração firmado entre o CEJAM e a Prefeitura do Rio de Janeiro, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. Obrigações Trabalhistas	2022
Salários a Pagar	3.042.439,58
Pensões Alimentícias a Pagar	2.055,09
Rescisões a Pagar	15.600,99
	3.060.095,66

10. Obrigações Sociais e Fiscais	2022
INSS a Recolher	231.679,37
FGTS a Recolher	431.652,20
IRRF a Recolher	1.101.668,58
IRRF Retido de PJ a Recolher	6.235,55
IRRF Retido de Autônomos a Recolher	1.644,18
CSRF a Recolher	23.743,96
INSS Retido de PJ a Recolher	41.005,89
ISS Retido de PJ a Recolher	15.377,88
ISS Retido de Autônomos a Recolher	1.937,62
INSS Retido de Autônomos a Recolher	7.727,92
	1.862.673,15

11. Empréstimos e Financiamentos: Em 03 de agosto de 2022, o CEJAM firmou junto à Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A., o contrato de arrendamento mercantil nº 00A0032527 para aquisição de equipamentos de informática da Dell Computadores do Brasil Ltda., pela modalidade de arrendamento definitivo no montante de R$ 370.500,02, a ser pago em 24 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 04/09/2022. Esta operação de "Leasing" está atrelada à nota fiscal nº 4382206 emitida pela Dell Computadores do Brasil Ltda., correspondente a 50 microcomputadores Dell Optiplex 3090.

12. Contas a Pagar	2022
Recebimentos Antecipados (TC 01/2022)	296.000,00
CEDAE Cia. Estadual de Águas	49.680,62
LIGHIT Serviços de Eletricidade S.A.	142.309,55
Empréstimos de Mat/Med a Devolver	67.857,70
	555.847,87

13. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 1.419.085,36 em 2022, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término do Termo de Colaboração. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **14. Receitas Operacionais Líquidas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelo Termo de Colaboração, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

15. Receitas com Termo de Colaboração	2022
Termo de Colaboração nº 01/2022	79.981.474,80
	79.981.474,80

16. Receitas e Despesas Financeiras	2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.025.288,23
Descontos Obtidos	501,79
(-) Tarifas Bancárias	(3.149,17)
(-) Juros e Mora Comerciais	(12.023,35)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(1.219,02)
	1.009.398,48

17. Custos com Pessoal Próprio

	2022
Remunerações	39.965.402,52
Benefícios	1.311.462,16
Encargos Sociais	3.243.450,92
	44.520.315,60

18. Custos com Serviços Terceirizados	2022
Serviços Assistenciais - Pessoas Jurídicas	3.100.381,22
Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas	7.612.945,51
Serviços de Terceiros - Pessoas Físicas	495.120,91
	11.208.447,64

19. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo	2022
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	3.232.816,86
Materiais de Consumo	3.156.917,93
Materiais de Conservação e Reparos	506.991,07
Outros Materiais e Insumos	437.330,83
	7.334.056,69

20. Despesas Gerais	2022
Contas de Consumo	2.267.235,55
Aluguéis	663.833,92
Administrativas	2.508.704,96
Bens não Imobilizado	386.090,98
Outras Despesas Gerais	4.401.249,16
	10.227.114,57

21. Coberturas de Seguros: A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **22. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **23. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018** a **29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021** a **29 de novembro de 2024. 24. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 10.175.821,99 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

	2022
Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	10.076.797,81
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	99.024,18
	10.175.821,99
(-) Isenção Usufruída:	
(-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	(10.076.797,81)
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por Pessoas Físicas	(99.024,18)
	-

25. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. **26. Superávit do Exercício:** O Superávit do Exercício de 2022 foi de R$ 11.013.375,93.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022.

Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional — **Vivian Martins Folly** - Diretora Geral — **Alexandre Papi** - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Hospital da Mulher Mariska Ribeiro**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opin

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOAO AMORIM"
HOSPITAL MUNICIPAL DR. EVANDRO FREIRE E CER ILHA - RIO DE JANEIRO

CNPJ.: 66.518.267/0011-55

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

Ativo	Notas	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	1.250.024,90	351.522,57
Adiantamentos a Fornecedores		84.334,44	13.897,05
Adiantamentos a Empregados	5	417.974,61	452.557,01
Impostos Recuperáveis		51.452,72	13.447,76
Créditos de Contrato de Gestão	6	26.480.382,21	24.750.955,52
Outros Créditos		15.944,37	370.249,95
Estoques	7	3.572.955,63	1.497.113,43
Despesas Antecipadas		1.131,51	1.287,54
		31.874.200,39	**27.451.030,83**
Ativo não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		-	-
Imobilizado	8	693.441,50	1.208.031,99
Intangível	9	18.387,75	27.827,31
		711.829,25	**1.235.859,30**
Total do Ativo		**32.586.029,64**	**28.686.890,13**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2022	2021
Passivo Circulante			
Fornecedores		3.853.727,97	2.158.576,96
Obrigações Trabalhistas	10	3.090.153,86	2.650.613,44
Obrigações Sociais e Fiscais	11	1.858.490,79	1.188.203,25
Empréstimos Bancários	12	2.000.000,00	-
Contas a Pagar	13	17.771.477,31	16.197.569,20
Provisões para Férias e Encargos		6.540.918,43	5.661.156,90
Provisões para Contingências		-	1.219.865,02
		35.114.768,36	**27.856.119,75**
Passivo não Circulante			
Provisões para Contingências	14	1.193.825,02	-
Bens Públicos em nosso poder	15	711.829,25	1.235.859,30
		1.905.654,27	**1.235.859,30**
Patrimônio Líquido Negativo			
Patrimônio Social		(1.624.953,94)	(4.540.426,92)
Déficit do Exercício	28	(2.575.587,06)	2.915.472,98
Transferências Patrimoniais		(233.851,99)	-
		(4.434.392,99)	**(1.624.953,94)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**32.586.029,64**	**28.686.890,13**

Demonstração do Resultado dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

	Notas	2022	2021
Receitas Líquidas	16	**81.993.685,42**	**87.811.424,72**
Contrato de Gestão e Convênios	17	81.469.655,37	87.424.237,98
Realização de Bens Públicos em nosso poder		643.574,85	392.043,66
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.h	(119.544,80)	(4.856,92)
Custos		**(80.357.883,62)**	**(77.804.252,17)**
Pessoal e Reflexo	19	(60.243.007,36)	(54.594.938,19)
Serviços Terceirizados	20	(7.253.153,34)	(7.346.690,30)
Medicamentos e Materiais de Consumo	21	(12.861.722,92)	(15.862.623,68)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	26	(14.437.602,79)	(13.353.261,01)
(-) Isenção da CPP Usufruída	26	14.437.602,79	13.353.261,01
(=) Resultado Bruto		**1.635.801,80**	**10.007.172,55**
Despesas		**(7.480.847,49)**	**(7.639.928,64)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(16.366,52)	(10.127,84)
Despesas Gerais	22	(7.464.480,97)	(7.629.800,80)
Outras Receitas Operacionais		**3.348.257,67**	**687.075,77**
Receitas com Doações		2.359.480,92	676.065,93
Outras Receitas		988.776,75	11.009,84
(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras		**(2.496.788,02)**	**3.054.319,68**
Resultado Financeiro	18	**(78.799,04)**	**(138.846,70)**
Receitas Financeiras		233.824,81	108.338,06
(-) Despesas Financeiras		(312.623,85)	(247.184,76)
Déficit do Exercício	28	**(2.575.587,06)**	**2.915.472,98**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**656.260,16**	**(5.196.687,08)**	**-**	**(4.540.426,92)**
Incorporação do Superávit/Déficit	(5.196.687,08)	5.196.687,08	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	2.915.472,98	-	2.915.472,98
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(4.540.426,92)**	**2.915.472,98**	**-**	**(1.624.953,94)**
Incorporação do Superávit/Déficit	2.915.472,98	(2.915.472,98)	-	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(233.851,99)	(233.851,99)
Superávit/Déficit do Exercício	-	(2.575.587,06)	-	(2.575.587,06)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(1.624.953,94)**	**(2.575.587,06)**	**(233.851,99)**	**(4.434.392,99)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

Atividades Operacionais	2022	2021
Superávit / (Déficit) do Exercício	(2.575.587,06)	2.915.472,98
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	(70.437,39)	(13.897,05)
Adiantamentos a Empregados	34.582,40	(374.969,19)
Impostos Recuperáveis	(38.004,96)	(13.447,76)
Créditos com Convênios	(1.729.426,69)	(5.702.330,32)
Outros Créditos	354.305,58	(262.304,28)
Estoques	(2.075.842,20)	(645.232,30)
Despesas Antecipadas	156,03	(367,89)
Realizável a Longo Prazo	-	29.578,47
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	1.695.151,01	(584.454,99)
Obrigações Trabalhistas	439.540,42	260.006,59
Obrigações Sociais e Fiscais	670.287,54	(313.271,57)
Provisões para Férias e Encargos	879.761,33	784.272,88
Provisão para Contingências	(26.040,00)	-
Outras Obrigações	1.573.908,11	4.278.144,40
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**(867.645,68)**	**357.199,97**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(119.544,80)	(4.856,92)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(119.544,80)**	**(4.856,92)**
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquis. de imobilizado	119.544,80	4.856,92
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	2.000.000,00	10.000,00
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(233.851,99)	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**1.885.692,81**	**(5.143,08)**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**898.502,33**	**347.199,97**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	351.522,57	4.322,60
Disponibilidades no Final do Exercício	1.250.024,90	351.522,57
Variação Líquida nas Disponibilidades	**898.502,33**	**347.199,97**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa. O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** qualificado como Organização Social, através do Contrato de Gestão nº 006/2012 firmado com a **Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro** em 27 de março de 2012, com prazo de vigência inicial de dois anos e renovações ocorridas através dos Termos Aditivos nº 008/2014 e nº 015/2015, vem desenvolvendo ações e serviços de saúde em duas unidades: **Hospital Municipal Dr. Evandro Freire (Hospital da Ilha)** e **CER Ilha,** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. Em 26 de setembro de 2015, foi firmado o Contrato de Gestão nº 037/2015, com prazo de vigência de 2 (dois) anos, para continuidade das ações e serviços de saúde no **Hospital Municipal Dr. Evandro Freire (Hospital da Ilha)** e **CER Ilha,** pelo período de 27 de setembro de 2015 a 26 de setembro de 2017, com recursos no montante de R$ 132.703.307,52, não sendo o **CER Centro** contemplado nesta renovação. Em 15 de setembro de 2021, foi firmado o Termo de Colaboração nº 010/2021, com prazo de vigência de 1 (um) ano, para continuidade das ações e serviços de saúde no **Hospital Municipal Dr. Evandro Freire (Hospital da Ilha)** e **CER Ilha,** com recursos no montante de R$ 80.488.093,31. Em 16 de setembro de 2022, foi firmado o 1º Termo Aditivo nº 005/2022 ao Termo de Colaboração nº 010/2022, com prazo de vigência de 1 (um) ano, para continuidade das ações e serviços de saúde no **Hospital Municipal Dr. Evandro Freire (Hospital da Ilha)** e **CER Ilha,** com recursos no montante de R$ 86.070.825,94. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade. **2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. **• Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **• Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022 e 2021. **3.b) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias em imóveis: 25 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.d) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio social:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.h) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Fundo Fixo de Caixa	2022	2021
Caixa	1.790,71	11,01
	1.790,71	**11,01**

Bancos - Conta Movimento	2022	2021
Banco do Brasil S.A.	1.246.680,69	-
	1.246.680,69	**-**

Bancos - Aplicações Financeiras	2022	2021
Banco do Brasil S.A.	1.553,50	351.511,56
	1.553,50	**351.511,56**

A Entidade mantém a parcela disponível do resultado aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5. Adiantamento a Empregados	2022	2021
Adiantamentos de Férias	417.974,61	452.557,01
	417.974,61	**452.557,01**

6. Créditos de Contrato de Gestão	2022	2021
Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil	26.480.382,21	24.750.955,52
	26.480.382,21	**24.750.955,52**

7. Estoques	2022	2021
Nutrição Enteral	14.983,41	3.700,13
Medicamentos	1.493.258,33	594.843,32
Materiais Médico Hospitalar	457.807,94	386.059,24
OPME	15.474,01	9.074,44
Material Expediente/Escritório	59.125,36	33.850,58
Material de Manutenção	39.812,25	28.058,16
Material de Informática	7.678,87	-
Material de Limpeza	21.440,21	11.823,77
Material de EPI	-	3.654,70
Material de Higiene	32.777,02	22.690,60
Gêneros Alimentícios	97.318,92	50.118,04
Utensílios de Copa	12.055,33	6.759,30
Uniforme e Rouparia	293,30	-
Material Permanente	430.831,00	5.552,22
Empréstimo de MAT/MED	890.099,68	340.928,93
	3.572.955,63	**1.497.113,43**

8. Imobilizado			
Imobilizado de Gestão Pública	**Taxa**	**2022**	**2021**
Benfeitorias em Imóveis	25%	251.890,90	251.890,90
Máquinas e Equipamentos	10%	383.836,63	371.691,64
Equipamentos de Uso Médico	10%	6.031.211,90	6.031.211,90
Equipamentos de Informática	20%	1.242.221,95	1.219.678,15
Móveis e Utensílios	10%	1.218.555,18	1.133.699,17
(-) Depreciação Acumulada		(8.434.275,06)	(7.800.139,77)
		693.441,50	**1.208.031,99**

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. Intangível			
Intangível de Gestão Pública	**Taxa**	**2022**	**2021**
Direito de Uso de Sistemas	20%	758.658,34	758.658,34
(-) Amortização Acumulada		(740.270,59)	(730.831,03)
		18.387,75	**27.827,31**

10. Obrigações Trabalhistas	2022	2021
Salários a Pagar	3.016.700,62	2.640.564,15
13 Salário a Pagar	-	665,13
Rescisões a Pagar	-	1.685,25
Pensões Alimentícias a Pagar	24.470,52	7.698,91
Acordos Trabalhistas a Pagar	48.982,72	-
	3.090.153,86	**2.650.613,44**

11. Obrigações Sociais e Fiscais	2022	2021
INSS a Recolher	234.667,55	93.627,57
FGTS a Recolher	485.686,84	317.876,09
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	-	-
IRRF a Recolher	1.101.876,50	737.176,39
CSRF a Recolher	16.165,34	12.154,47
INSS Retido de PJ a Recolher	4.473,59	21.417,12
ISS Retido na Fonte a Recolher	675,00	5.951,61
ISS Retido de Autônomos	3.756,21	-
INSS Retido de Autônomos a Recolher	11.189,76	-
	1.858.490,79	**1.188.203,25**

12. Empréstimos Bancários	2022	2021
Banco Santander S.A. (Conta Garantida)	2.000.000,00	-
	2.000.000,00	-

A entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com o Banco Santander, com limite máximo de R$ 2.000.000,00, para garantir suas as operações em caso de insuficiência de caixa. A taxa juros pós-fixadas equivale a 0,71% a.m. no Santander, acrescida do CDI.

13. Contas a Pagar	2022	2021
CEDAE - Companhia Estadual de Água ES	1.767.223,60	1.767.223,60
Light Serviços de Eletricidade S.A.	13.717.861,99	13.147.192,30
Nextel Telecomunicações	-	-
Telemar Norte Leste	122,59	108,77
Outras Contas a Pagar	-	-
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	1.105.528,25	863.044,53
Recebimento Antecipado	1.050.000,00	420.000,00
Águas do Rio 4 SPE	130.740,88	-
	17.771.477,31	**16.197.569,20**

14. Provisões para Contingências	2022	2021
Provisões para Contingências Trabalhistas	1.193.825,02	1.219.865,02
	1.193.825,02	**1.219.865,02**

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R$ 2.582.274,79, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

Processos com Perda Possível	2022	2021
De natureza Trabalhista	2.582.274,79	2.582.274,79
	2.582.274,79	**2.582.274,79**

15. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 711.829,25 em 2022 e R$ 1.235.859,30 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

16. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

17. Receitas com Termo de Colaboração	2022	2021
Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil		
Termo de Colaboração 10/2021	81.469.655,37	87.424.237,98
	81.469.655,37	**87.424.237,98**

18. Receitas e Despesas Financeiras	2022	2021
Rendimentos de Aplicações Financeiras	228.919,41	45.574,22
Descontos Obtidos	4.905,40	62.763,84
(-) Tarifas Bancárias	(108.541,15)	(52.560,19)
(-) Juros Bancários	(39.625,98)	(26.240,95)
(-) Juros e Mora Comerciais	(164.390,08)	(157.826,16)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(66,64)	(10.557,46)
	(78.799,04)	**(138.846,70)**

19. Custos com Pessoal Próprio	2022	2021
Remunerações	53.282.142,64	48.567.377,55
Benefícios	2.047.293,50	1.808.877,37
Encargos Sociais	4.913.571,22	4.218.683,27
	60.243.007,36	**54.594.938,19**

20. Custos com Serviços Terceirizados	2022	2021
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	3.779.528,19	5.865.416,94
Serviços Diversos por Pessoas Jurídicas	2.262.440,54	-
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	1.211.184,61	1.481.273,36
	7.253.153,34	**7.346.690,30**

21. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo	2022	2021
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	502.496,97	4.546.710,58
Materiais de Odontologia	3.514.945,02	371.729,65
Gases Medicinais	651.405,82	944.448,72
Drogas e Medicamentos	5.804.952,78	8.073.121,47
Materiais de Consumo	1.697.002,37	1.535.006,16
Materiais de Conservação e Reparos	113.667,93	103.131,74
Outros Materiais e Insumos	577.252,03	288.475,36
	12.861.722,92	**15.862.623,68**

22. Despesas Gerais	2022	2021
Contas de Consumo (Água, Luz, Gás e Telefone)	3.992.396,45	4.111.684,83
Aluguéis (Imóveis, Equipamentos e Aparelhos)	369.856,15	288.270,17
Administrativas	2.189.321,55	2.737.179,10
Bens Não Imobilizados	-	4.420,00
Outras Despesas Gerais	912.906,82	488.246,70
	7.464.480,97	**7.629.800,80**

23. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **24. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **25. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018** a **29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024. 26. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 14.437.602,79 (em 2021 de R$ 13.353.261,01) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2022	2021
Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	(14.195.365,86)	(13.057.006,36)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(242.236,93)	(296.254,65)
	(14.437.602,79)	**(13.353.261,01)**
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	14.195.365,86	13.057.006,36
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	242.236,93	296.254,65
	-	-

27. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a **174** do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. **28. Déficit E Superávit do Exercício:** O Déficit do exercício de 2022 foi de R$ 2.575.587,06 e o Superávit de 2021 foi de R$ 2.915.472,98 estando assim distribuído entre o termo de colaboração:

	2022	2021
Hospital. Municipal Dr. Evandro Freire	(3.557.984,13)	4.161.731,32
CER Ilha	982.397,07	(1.246.258,34)
	(2.575.587,06)	**2.915.472,98**

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022.

Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional | **Tiago Velloso de Carvalho** - Diretor Geral | **Alexandre Papi** - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

1. Opinião sobre as demonstrações contábeis Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Hospital

OUTONO: Nublado com possibilidade de garoa. Tarde de sol e noite com muita nebulosidade. Manhã Tarde Noite 26º 18º 25% 06:15 17:19

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO
(a "Cia." ou "CONCER")
CNPJ nº 00.880.446/0001-58 - NIRE nº. 33.3.0016217-8

ATA DA AGO/E: 1. DATA HORA E LOCAL: Realizada às 14h00min no dia 29/04/22, na sede social da Cia., localizada na Rua Almirante Grenfall, 405 - Bl. Vermelho - 2º e 3º andares, Vila São Luiz, Duque de Caxias/RJ. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Realizada a convocação dos acionistas da Cia., nos termos do Art. 124 da Lei nº6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), com a publicação do Edital de Convocação no jornal Diário do Acionista, nas edições dos dias 19/20/21, nas folhas 04/06/05 respectivamente. Ausente a acionistas CONSTRUCAP CCPS Engenharia e Comércio S.A. que regularmente convocada, não compareceu. Presentes: TRIUNFO PARTICIPAÇÕE E INVESTIMENTOS S.A. representada pelo Sr. Andre Galhardo de Camargo. Dispensada a presença do Auditor Independente de acordo com o §2º do Art. 134 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. Presente o membro da Administração, o Diretor Administrativo Financeiro, Sr. Hermes Benith de Oliveira. 3. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidiu a Reunião o Sr. Andre Galhardo de Camargo ("Presidente"), que convidou a Sra. Daniela Medeiros Netto de Carvalho Rego, para secretariá-lo ("Secretária"). 4. ORDEM DO DIA: (I) Tomada de contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as DFs, acompanhadas do parecer do auditor externo independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/22; (II) A destinação do resultado do exercício social de 2022; (III) Proposta de Remuneração da Administração para o exercício de 2023; e (IV) Deliberação sobre o aval das acionistas em favor da EZZE Seguros S.A, no âmbito da Contratação do Seguro Garantia exigido pelo Contrato de Concessão. 5. DELIBERAÇÕES: Instalada a AGO/E, o Presidente da mesa determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Art. 130, §1º e §2º da Lei das S.A e, após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: 5.1. Em atenção ao item (I) da Ordem do Dia, o acionista presente, aprovou as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as DFs, acompanhadas do relatório dos auditores externos independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/22. 5.2. Em atenção ao item (II) da Ordem do Dia, o acionista presente, aprovou que o prejuízo do exercício findo em 31/12/22, no montante de R$ 10.822.842,52, seja destinado para a conta de prejuízos acumulados, nos termos do Art. 189 da Lei 6.404/76. Em razão do prejuízo apurado no exercício e da ausência de reserva de lucros a distribuir, não haverá distribuição de dividendos no exercício. 5.3. Em atenção ao item (III) da Ordem do Dia, o acionista presente resolveu aprovar a proposta de Remuneração da Administração para o exercício de 2023, no montante de R$ 4.794.140,58. 5.4. Em atenção ao item (IV) da Ordem do dia, o acionista presente aprovou a concessão de contragarantia, na modalidade de aval, das acionistas da Cia. em favor da EZZE Seguros S.A., no âmbito da contratação do Seguro Garantia exigido pelo Contrato de Concessão, fixando o prazo de até 15/05/23 para assinatura do contrato. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos para a lavratura e leitura desta ata que, achada conforme, foi aprovada por unanimidade, sendo assinada por certificado digital pelo Presidente e Secretária da mesa. (Mesa: Andre Galhardo de Camargo – Presidente; Daniela Medeiros Netto de Carvalho Rego, Secretária. Acionistas Presentes: TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., por Andre Galhardo de Camargo). Duque de Caxias, 28/04/23. Andre Galhardo de Camargo - Presidente; Daniela Medeiros Netto de Carvalho Rego - Secretária - OAB/RJ nº 118.084. Acionistas: TPI – TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. - Andre Galhardo de Camargo. Jucerja nº 5476774 em 16/05/2023.

XENOFOBIA

MPF pede R$ 100 mil a diretora do Flamengo por ataque a nordestinos

O Ministério Público Federal (MPF), no Rio de Janeiro, informou ontem que entrou com uma ação civil pública para que Ângela Machado, diretora de Responsabilidade Social do Flamengo, pague uma indenização de R$ 100 mil por danos morais coletivos. Segundo o órgão, a dirigente do Rubro-Negro, esposa do presidente do clube, Rodolfo Landim, fez uma publicação com teor xenofóbico contra nordestinos no Instagram, um dia após o segundo turno das eleições presidenciais do ano passado, com vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme a ação assinada na terça-feira passada pelos procuradores regionais dos Direitos do Cidadão Jaime Mitropoulos, Julio José Araújo Júnior e Aline Caixeta, a publicação de Ângela em 31 de outubro do ano passado teria sido motivada pela "massiva votação que o candidato vencedor da eleição presidencial obteve na região Nordeste". No segundo turno, Lula obteve 69,34% dos sufrágios nordestinos, contra 30,66% do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"Ganhamos onde se produz, perdemos onde se passa férias, bora (sic) trabalhar, pq (sic) se o gado morrer o carrapato passa fome", escreveu Ângela, na ocasião.

No dia 3 de novembro, a dirigente fez uma publicação confirmando o compartilhamento da mensagem e pedindo desculpas. Segundo o MPF, Ângela afirmou, por meio dos advogados, que "não teve a intenção de ofender, que é natural do estado de Sergipe e que viveu por quase 30 anos no Nordeste". O órgão, contudo, avaliou que os novos posicionamentos "não a eximem de responsabilidade" e que o texto "constitui ofensa a dignidade e a honra, na medida em que buscou desumanizar e inferiorizar os nordestinos".

"Sobre esse aspecto, deve-se reconhecer que, depois de disparado o discurso discriminatório e produzido seus efeitos, não basta pedir desculpas, pois a reparação precisa ser plena e integral. De antemão, é necessário de pronto enfatizar que processo judicial deve ser instrumento de efetiva proteção dos direitos fundamentais e não palco para naturalização - ausência de crítica e questionamento - acerca de atitudes racistas ou discriminatórias", relataram os procuradores, segundo nota do MPF.

> *"Ganhamos onde se produz, perdemos onde se passa férias, bora (sic) trabalhar, pq (sic) se o gado morrer o carrapato passa fome"*
>
> **ÂNGELA MACHADO**

Ainda de acordo com o MPF, além do inquérito civil que resultou na ação civil pública, a Polícia Federal foi acionada para apurar "possível crime previsto na Lei nº 7.716/89", que aborda crimes resultantes de discriminação ou preconceito.

Helmond Oncologia S.A.
CNPJ/MF nº 31.431.389/0001-53 – NIRE 33.300.328.092
Declaração de Extravio

Helmond Oncológica S.A., com sede na Av. Armando Lombardi, 1000, Bloco 1, Sala 225, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ, comunica o extravio, para os devidos fins de direito, dos Livros relacionados abaixo: Livro de Transferência de Ações Nominativas, número de ordem 01, autenticado em 17/09/2018, sob nº 3353562. Livro de Presença de Acionistas, número de ordem 01, autenticado em 17/09/2018, sob nº3353494. Livro de Registro de Ações Nominativas, número de ordem 01, autenticado em 17/09/2018, sob nº 3353619. Livro de Atas das Assembleias Gerais, número de ordem 01, autenticado em 17/09/2018, sob nº 3353107.

Zoop

Zoop Holding Participações S.A.

CNPJ/MF nº 42.590.285/0001-08

Aviso: As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais/

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Zoop Holding Participações S.A. ("Companhia", "Zoop" ou "Zoop Holding") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Mensagem da Administração:** A Zoop Holding foi constituída em 05 de julho de 2021 com o objetivo único de controlar a Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamento S.A. ("Zoop IP") e assim atender à solicitação realizada pelo BACEN no processo de obtenção da licença de Instituição de Pagamento da Zoop IP. Dessa forma, fazemos referência a mensagem da Administração da Zoop IP quanto aos seus aspectos estratégicos, econômicos e financeiros. O plano de outorga de opções de compra de ações da Zoop IP foi migrado em 06 de abril de 2022 para a Zoop Holding. Esse plano estabelece as condições gerais para a concessão, pela Zoop Holding, aos diretores e empregados da Zoop IP, da oportunidade de se tornarem acionistas da Zoop Holding, outorgando-lhes o direito de adquirir ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Administração agradece a todos os clientes, fornecedores, partes relacionadas e principalmente aos Zoopers pelos resultados obtidos em 2022.

A Administração

Balanço Patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *Em milhares de reais*

	31/12/2022		31/12/2021 (não auditado)	
Ativo	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	**3.604**	**902.840**	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	5	414.608	–	–
Contas a receber	3.586	475.792	–	–
Impostos a recuperar	13	6.084	–	–
Adiantamentos e despesas antecipadas	–	6.356	–	–
Não circulante	–	**25.120**	**89**	**89**
Títulos e Valores Mobiliários	–	5.604	–	–
Outros ativos	–	436	–	–
Investimentos	–	–	89	89
Imobilizado	–	6.930	–	–
Intangível	–	12.150	–	–
Total do ativo	**3.604**	**927.960**	**89**	**89**

	31/12/2022		31/12/2021 (não auditado)	
Passivo	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	**2.812**	**937.153**	–	–
Obrigações com terceiros	–	869.235	–	–
Fornecedores e outras contas a pagar	2.812	14.628	–	–
Obrigações com pessoal	–	19.651	–	–
Impostos a recolher	–	1.434	–	–
Adiantamentos	–	15.697	–	–
Arrendamentos	–	1.260	–	–
Empréstimos	–	15.248	–	–
Não circulante	**16.394**	**6.409**	–	–
Provisão para contingências	–	4.880	–	–
Obrigações com pessoal	–	775	–	–
Arrendamento	–	754	–	–
Investimentos	16.394	–	–	–
Patrimônio Líquido				
Capital social	20.145	20.145	89	89
Reservas de capital	5.979	5.979	–	–
Prejuízos acumulados	(37.163)	(37.163)	–	–
Ações em Tesouraria	(4.563)	(4.563)	–	–
Total do patrimônio líquido	**(15.602)**	**(15.602)**	**89**	**89**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**3.604**	**927.960**	**89**	**89**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *Em milhares de reais*

	Capital Social	Reserva de Capital	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total individual e consolidado
Saldo em 05 de julho de 2021 (não auditado)	–	–	–	–	–
Aumento de capital social (não auditado)	89	–	–	–	89
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	**89**	–	–	–	**89**
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**89**	–	–	–	**89**
Aumento de capital social	312.418	–	–	–	312.418
Ajuste de avaliação patrimonial	(292.362)	–	–	–	(292.362)
Provisão com planos de outorga de opções de compra de ações	–	5.979	–	–	5.979
Ações em tesouraria	–	–	(4.563)	–	(4.563)
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(37.163)	(37.163)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**20.145**	**5.979**	**(4.563)**	**(37.163)**	**(15.602)**

Demonstração do Resultado Exercício – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *Em milhares de reais*

	31/12/2022		31/12/2021 (não auditado)	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Receita de vendas de produtos e serviços	–	157.729	–	–
Custo com Prestação de Serviços	–	(157.059)	–	–
Lucro/(Prejuízo) bruto	–	**670**	–	–
Despesas operacionais e administrativas				
Despesa com pessoal	(1.838)	(30.900)	–	–
Despesas administrativas	–	(7.190)	–	–
Despesas com serviços profissionais	–	(6.470)	–	–
Outras despesas operacionais	–	(6.037)	–	–
Resultado de participações em coligadas e controladas	(35.379)	–	–	–
Total das despesas operacionais e administrativas	**(37.217)**	**(50.597)**	–	–
Prejuízo operacional	**(37.217)**	**(49.927)**	–	–
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	57	23.552	–	–
Despesas financeiras	(3)	(10.788)	–	–
Resultado financeiro líquido	**54**	**12.764**	–	–
Prejuízo antes de IRPJ e CSLL	**(37.163)**	**(37.163)**	–	–
Imposto de renda	–	–	–	–
Contribuição social	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	**(37.163)**	**(37.163)**	–	–
Quantidade de ações em milhares	**72.670**	**72.670**	**10.266**	**10.266**
Prejuízo por ação (R$)	**(0,51)**	**(0,51)**	–	–

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	31/12/2022		31/12/2021 (Não auditado)	
Fluxo de caixa operacional	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Prejuízo líquido do exercício	(37.163)	(37.163)	–	–
Ajustes de resultado não envolvendo caixa				
Equivalência patrimonial	35.379	–	–	–
Depreciação e amortização	–	2.808	–	–
Provisão para contingências	–	3.159	–	–
Provisão chargeback	–	2.049	–	–
Juros sobre empréstimos	–	1.395	–	–
Provisão com planos de outorga de opções de compra de ações	1.838	2.935	–	–
Prejuízo líquido ajustado	**54**	**(24.817)**	–	–
(Aumento)/Redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	(3.586)	(477.841)	–	–
Impostos a recuperar	(13)	(6.084)	–	–
Adiantamentos e despesas antecipadas	–	(6.356)	–	–
Títulos e valores mobiliários	–	(5.604)	–	–
Outros ativos	–	(436)	–	–
Imobilizado	–	(10.153)		
Investimento	–	89	(89)	(89)
Aumento/(Redução) nos passivos operacionais				
Obrigações com terceiros	–	869.235	–	–
Fornecedores e outras contas a pagar	2.812	14.628	–	–
Obrigações com pessoal	–	20.426	–	–
Impostos a recolher	–	1.434	–	–
Adiantamento	–	15.050	–	–
Arrendamento	–	2.014	–	–
Contingências	–	1.721	–	–
Capital Social	–	18.896	–	–
Reserva de capital	4.141	3.044	–	–
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	**3.408**	**415.246**	**(89)**	**(89)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Compra de ativo imobilizado	–	(749)	–	–
Baixa de ativo imobilizado	–	1.164	–	–
Intangível	–	(12.150)	–	–
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento	–	**(11.735)**	–	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	–	14.500	–	–
Aumento de capital social	1.160	1.160	89	89
Ações em Tesouraria	(4.563)	(4.563)	–	–
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**(3.403)**	**11.097**	**89**	**89**
Fluxo de caixa	**5**	**414.608**	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	414.608	–	–
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**5**	**414.608**	–	–

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *Em milhares de reais*

	31/12/2022		31/12/2021 (não auditado)	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Prejuízo do exercício	**(37.163)**	**(37.163)**	–	–
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos de impostos	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(37.163)**	**(37.163)**	–	–

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional – A Zoop é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, Avenidas das Américas, 700 – Bloco 5, Sala 305, foi constituída em 05 de julho de 2021 mediante integralização de capital de R$ 400 (quatrocentos reais), não possuía atividades operacionais e não produzia resultado até o final de 2021, quando passou a ter o objetivo principal de deter participação acionária em uma ou mais empresas do ecossistema do mercado de meio de pagamentos. Em 2022 ela passou a controlar a Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamento S.A. ("Zoop IP"). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. **2.1. Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **2.2. Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamento S.A. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Para isto é aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora.

3. Resumo das principais práticas contábeis – Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que, são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cuja liquidez das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. **3.2. Contas a receber/Obrigações com terceiros:** O saldo de Contas a Receber está diretamente relacionado a uma parcela substancial do saldo de obrigações com terceiros, uma vez que cada transação representa um fato gerador que, simultaneamente, estabelece um direito creditório devido à Zoop pela Credenciadora e uma obrigação devida ao Estabelecimento Comercial (EC) pela Zoop IP. Neste sentido, o saldo de Contas a Receber é predominantemente composto por valores a receber de transações financeiras processadas por Credenciadores e que ainda estão abertas ou vincendas, sejam estas transações capturadas por meio de Débito no Cartão, Crédito Rotativo no Cartão ou Crédito Parcelado no Cartão. **3.3. Despesas antecipadas:** Estão reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada. **3.4. Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: I. Títulos para negociação: são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.; II. Títulos mantidos até o vencimento: títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. ; e III. Títulos disponíveis para venda: títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii) e não possuía instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. **3.5. Ativo imobilizado:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens destinados à manutenção das atividades da Zoop ou exercido com essa finalidade. **3.6. Intangível:** A Companhia adota a política de capitalização dos gastos diretamente relacionados ao desenvolvimento interno de softwares para uso em suas operações, desde que sejam atendidos os aspectos requeridos para tal reconhecimento. Os principais gastos são relacionados com mão de obra interna para o desenvolvimento dos sistemas operacionais utilizados pela Companhia. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos. **3.7. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda e contribuição social na Companhia está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda é apurado com à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil tributável. O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. **3.8. Ativos e Passivos Contingentes:** São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos. São quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. **3.9. Arrendamento:** Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato à valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. **3.10. Empréstimos:** Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado menos quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são atualizados monetariamente de acordo com o índice indicado em contrato, os juros apurados no exercício são demonstrados na rubrica de despesas financeiras. **3.11. Receita de vendas de produtos e serviços:** Na demonstração do resultado estão apresentadas na linha de Receitas Operacionais Líquidas, mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida dos impostos incidentes sobre os serviços, cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares. **3.12. Plano de outorga de opções de compra de ações:** O programa de pagamento baseado em ações foi migrado em abril de 2022 da empresa Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamento S.A. para a empresa Zoop Holding Paticipações S.A. ficando aprovada a continuação do plano o qual estabelece as condições gerais para a concessão, pela Companhia, aos seus respectivos opcionistas, da oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, outorgando-lhes o direito de adquirir ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia. **Relatório da Auditoria:** As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações finaneiras completas estão disponiveis na Sede da Zoop. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de abril de 2023, sem modificações.

Fabiano Teixeira da Cruz – Presidente
Eduardo de Freitas Souza – Diretor Financeiro
Jéssica Mendes Silva – Contadora CRC 1SP 283.103/O-0

CORRUPÇÃO

Advogados pedem que Deltan seja investigado

O grupo Prerrogativas apresentou uma petição à Procuradoria-Geral da República (PGR) pedindo que Deltan Dallagnol seja investigado por uma série de fatos elencados pelo deputado federal Glauber Rocha (PSOL-RJ) em discurso no plenário da Câmara dos Deputados.

O deputado Rocha questionou, entre outras coisas, se "é verdade" que Dalagnoll "adquiriu dois apartamentos, de 400 metros quadrados cada um, no edifício Plymouth Hills, em Curitiba, o primeiro comprado por R$ 1,8 milhão, quando o preço de avaliação do prédio era de R$ 2,3 milhões, e o outro foi comprado em leilão em nome de sua esposa por R$ 2 milhões".

Perguntou também, no discurso, se o ex-deputado, cassado na terça-feira, "comprou quatro lojas da Hering em shoppings de Curitiba, todas em nome de seus familiares". A negociação, disse, teria sido "conduzida diretamente" por Dallagnol.

O deputado seguiu com questionamentos sobre diárias recebidas pelos procuradores da Lava Jato quando Dallagnol coordenava a operação, e também sobre palestras remuneradas dadas por ele na época.

O discurso e o petição do Prerrogativas à PGR foram feitos antes de Dallagnol perder o mandato.

"Vamos repetir o pedido no foro adequado", afirma o advogado Marco Aurélio de Carvalho, do Prerrogativas.

"O grupo Prerrogativas, mais conhecido como clube da impunidade, tem pouco a fazer a não ser perseguir seus adversários políticos, e todas as iniciativas que tomam só comprovam que eles não são e nem nunca foram garantistas de verdade, mas sim uma guerrilha petista servil a todas as vontades e desejos de Lula", disse Dallagnol, por meio de nota.

"Qualquer pedido do Prerrogativas contra mim é uma medalha de honra de que fiz o certo na minha luta contra a corrupção."

Governo Lula 'dá troco' em PowerPoint de Dallagnol

O governo do presidente Lula (PT) usou um canal oficial nas redes sociais para zombar da cassação do deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR).

O perfil Governo do Brasil usou uma imagem de PowerPoint para celebrar feitos do governo, em uma clara referência à apresentação do então procurador, que acusava Lula de liderar uma quadrilha.

"O Governo segue trabalhando para melhorar a vida da população, com programas como o Brasil Sorridente, Mais Médicos, Bolsa Família, entre outras conquistas. Temos convicção de que ainda temos muito trabalho pela frente, é só o começo da união e reconstrução de um Brasil melhor", afirma o texto.

Esse perfil vinha sendo pouco utilizado pelo governo Lula. Todos os outros meios oficiais começaram a republicar o mesmo conteúdo, como o canal oficial da Secretaria de Comunicação da Presidência e um outro da Presidência da República.

O presidente ainda não retuitou a mensagem. Ele está em viagem a caminho do Japão para a cúpula do G7.

Em setembro de 2016, o então procurador Deltan fez uma apresentação com PowerPoint, na qual apresentou o que chamou de "14 conjuntos de evidências" que apontavam para o nome de Lula no centro

LAVAGEM DE DINHEIRO

STF tem dois votos para condenar Collor a mais de 30 anos de cadeia

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) registrou ontem dois votos a favor da condenação do ex-senador Fernando Collor por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Além do relator, ministro Edson Fachin, que se manifestou no início da sessão pela condenação a 33 anos e 10 meses de prisão, Alexandre de Moraes também votou pela condenação, mas ainda não se manifestou sobre a pena final. Dois ex-assessores de Collor também podem ser condenados.

Após os votos dos ministros, a sessão foi encerrada e será retomada hoje.

A Corte julga uma ação penal aberta em agosto de 2017. Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), o ex-presidente da República teria recebido propina pela influência política na BR Distribuidora. Os crimes teriam ocorrido entre 2010 e 2014.

No entendimento do Moraes, Collor e outros dois assessores solicitaram propina ao delator Ricardo Pessoa, ex-diretor da UTC Engenharia, em troca de vantagens indevidas.

O ministro citou operações financeiras de Collor consideradas pela investigação como lavagem de dinheiro e o uso recursos desviados para compra de carros de luxo, como uma Lamborghini, duas Ferraris e um Porsche que foram apreendidos pela Polícia Federal.

"Há uma centena de crimes de lavagem (de dinheiro) imputados aos réus. Se estrutura a análise em cinco vertentes. A ocultação de valores, mediante depósitos fracionados em dinheiro nas contas bancárias pessoais e na pessoa jurídica, conjuntamente com celebração de empréstimos fictícios para conceder aparência de licitude desses recursos", concluiu.

AGÊNCIA

Senado aprova indicado de Lula para diretor da Abin

O Senado aprovou ontem a indicação do delegado da Polícia Federal Luiz Fernando Corrêa para o comando da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Ele foi aprovado com 43 votos a favor, 5 contra e 2 abstenções. A votação foi secreta. A sabatina do indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a Abin estava prevista para março, mas foi cancelada na véspera por decisão do senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Embora a justificativa dada por ele tenha sido a ida do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), ao Senado no mesmo horário, o motivo por trás do cancelamento foi a informação sobre Corrêa ter escolhido supostos bolsonaristas para ocupar os cargos de 02 e 03 na agência.

Corrêa foi sabatinado pela comissão no dia 4 de maio e aprovado por unanimidade. Na ocasião, ele saiu em defesa do delegado federal Alessandro Moretti, escolhido diretor-adjunto, número 2 na estrutura da Abin; e de Paulo Maurício Fortunato para Secretaria de Gestão e Planejamento, terceiro cargo na hierarquia da agência.

ONU

Período 2023-2027 pode ser o mais quente já registrado

Há 98% de chance de que as temperaturas globais atinjam níveis recordes nos próximos cinco anos e 66% de probabilidade de que esse aumento seja 1,5°C maior do que as temperaturas de nosso planeta na era pré-industrial, divulgou ontem em Genebra, na Suíça, a OMM (Organização Meteorológica Mundial), organismo especializado da ONU (Organização das Nações Unidas).

A má notícia relativa ao quinquênio 2023-2027 se deve a gases de efeito estufa, que retêm o calor, e ao fenômeno meteorológico El Niño, geralmente associado a um aumento das temperaturas, maior seca em algumas regiões do mundo e chuvas intensas em outras áreas.

O relatório cita três vezes a Amazônia, alertando para menos chuvas na região, além de uma baixa de umidade por todo o quinquênio.

Os trechos em relação à Amazônia apontam que é provável haver menos chuvas na floresta em 2023, em relação à média de 1991 a 2020. O texto dá ênfase à provável estiagem de maio a setembro de 2023 a 2027.

O relatório indica ainda que, por consequência, poderá ser registrada baixa umidade na floresta no período, ainda que essa região seja de difícil medição -para essa previsão, especificamente, os cientistas atribuem um grau de confiança de médio a baixo.

Para Carlos Nobre, climatologista aposentado do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), as previsões são ruins para este ano tanto para a Amazônia quanto para o Nordeste e o Sul do Brasil. Também não são boas as previsões para Amazônia e Nordeste até 2027.

"A análise de chuva para 2023 indica uma alta probabilidade de continuidade da seca dos últimos três anos no Sul do Brasil. Isto tem a ver com o fato de que o El Niño, frequentemente associado a chuvas bem acima da média nesta região, não estar em forte intensidade pela maior parte deste ano", diz o especialista.

"Também há uma probabilidade alta de seca no Nordeste do Brasil em 2023, fenômeno diretamente associado ao El Niño, que deve estar em plena atividade durante a estação chuvosa do semiárido de fevereiro a maio de 2023", afirma.

Segundo o comunicado oficial da agência sobre o relatório, há também "98% de probabilidade de que um dos próximos cinco anos seja o mais quente já registrado" no planeta.

O atual recorde é de 2016, quando foi registrada a temperatura média global de 1,3°C a mais do que a temperatura pré-industrial, calculada entre 1850 e 1900. No ano passado, esse aumento foi de 1,15°C, afirma o documento.

O relatório diz também que, pela primeira vez na história, há mais chances de que atinjamos o temido aumento de 1,5°C em relação ao nível pré-industrial. Há agora 66% de probabilidade de que isso aconteça em algum ano entre 2023 e 2027. No relatório anterior, divulgado em 2022, essa probabilidade era de 50%

"A chance de excedermos temporariamente 1,5°C cresce constantemente desde 2015, quando estava próxima de zero. Para os anos entre 2017 e 2021, houve 10% de chance de superação", anota o texto.

Em 2015, o Acordo de Paris estabeleceu como objetivo limitar o aumento das temperaturas globais neste século a menos do que 2°C na comparação com os níveis pré-industriais de 1850 a 1900 -ou a 1,5°C, na medida do possível.

"Este relatório não significa que excederemos permanentemente o nível de 1,5°C especificado no Acordo de Paris, que se refere ao aquecimento de longo prazo no decorrer de muitos anos. No entanto, a OMM está soando o alarme de que iremos ultrapassar temporariamente o nível de 1,5°C com frequência cada vez maior", explicou o secretário-geral do órgão, o finlandês Petteri Taalas.

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

Maio lusófono

No mês de maio, os países lusófonos celebram o "mês da língua portuguesa". Essa homenagem ao idioma e à cultura de origem portuguesa é um reconhecimento à relevância da língua e dos traços culturais partilhados por aqueles países que têm com Portugal uma relação histórica.

Reiteradas vezes temos dito, na Academia Brasileira de Letras, que a nossa obrigação primeira é cuidar com desvelo da língua portuguesa. E isso, naturalmente, parte da educação oferecida aos jovens estudantes.

Em todos esses anos fiz um extraordinário esforço para entender o fenômeno da educação, procurando trabalhar pelo seu constante aperfeiçoamento. Como professor e homem público, sempre busquei separar o que era ensino do que representava educação. Sem confundir as responsabilidades de cada um.

Como professor de História e Filosofia da Educação da UERJ, como autor de mais de 3 mil artigos e 100 livros sobre educação publicados e como autor de dezenas de conferências em diversos estados brasileiros, posso afiançar que conheço muito bem quais são os melhores caminhos que devem ser percorridos pela nossa educação, para que seja devidamente aperfeiçoada e bem disseminados os saberes e letras da Língua Portuguesa.

A literatura aproxima mundos e sonhos diferentes. A arte define e revela quem somos, que mitos cultivamos, em que ideais estéticos nos espelhamos, quais sentimentos conjugamos.

O Português é anterior a Portugal. Trata-se da quinta língua mais falada no mundo, a terceira mais falada no Ocidente e a mais falada no Hemisfério Sul. Partilhada por nove países, essa língua é um traço cultural e identitário que os unifica em torno de uma mesma matriz linguística. Se olharmos para a Península Ibérica, no século sexto, o espanhol e o galego, ambos derivados do latim, se ouviam por aquelas bandas. Nas palavras de Fernando Venancio, autor do livro "Assim Nasceu uma Língua – edição portuguesa da "Guerra & Paz" – "a história do português é, em larga medida, a história das suas tentativas de afastamento do galego". O que é válido para o passado, será válido para o presente e para o futuro: como esperar que a fala do Brasil (ou de Angola, ou de Moçambique) continue fiel ao português de Portugal?

É preocupante a falta de conhecimento de diversos profissionais de diferentes áreas em relação à Língua Portuguesa. Alegam essas pessoas que a simples troca de um z por um s não muda o valor de uma petição advocatícia, a receita de um médico ou, ainda, o relatório de um administrador. Puro engano: um texto mal escrito abala a imagem do profissional que o escreveu e, sem dúvida, desqualifica o trabalho. Infelizmente, o descaso com o nosso idioma é notório, como podemos notar nos estudos frequentes da Academia Brasileira de Letras. Devemos ter cuidado com o que se fala e com o que se escreve, pois a nossa imagem está sempre sendo avaliada.

MEDICAMENTO

STJ decide que paciente tem direito a receber canabidiol da União

MADSON EULER/ABRASIL

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a União e o Estado de Pernambuco devem fornecer medicamento à base de canabidiol à paciente com condição específica de saúde. No julgamento realizado na terça-feira passada, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu seguir entendimentos do Ministério Público Federal e do Tribunal Regional da 5ª Região.

Ficou determinada a liberação do uso do remédio à base de canabidiol para tratamento de uma menina menor de idade com condição específica de saúde. A substância química da Cannabis Sativa deve estar acompanhada de prescrição médica que indique dosagem e tempo de uso.

Após um primeiro julgamento do caso no TRF, a União e o Estado de Pernambuco entraram com recurso contra a determinação alegando, entre outros fatores, o fato de não haver registro do remédio na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); ausência de estudos que comprovem a eficácia do medicamento; além da existência de leis que vedam o fornecimento do remédio.

Por outro lado, o Ministério Público Federal argumenta que existe, no caso concreto da paciente, uma excepcionalidade que justifica a utilização do medicamento mesmo que a substância não tenha autorização da Anvisa.

OUTONO: Dia de sol com algumas. Noite com poucas nuvens. Manhã Tarde Noite 25º 13º 5% 06:35 17:32

SMARTSAMPA

Câmeras vão guardar dados de localização e reconhecimento facial

DANIEL MELLO/ABRASIL

O sistema de 20 mil câmeras que a prefeitura de São Paulo pretende implantar - programa Smart Sampa - fará o armazenamento das informações do sistema de reconhecimento facial em cruzamento com a localização da pessoa. Com isso, será possível saber se alguém esteve em um determinado ponto da cidade e em qual horário.

Os dados ficarão guardados em um sistema que também faz parte dos serviços que devem ser contratados no pregão eletrônico marcado para a próxima terça-feira. A instalação da plataforma e dos novos equipamentos terá início após a assinatura do contrato com a empresa vencedora

Em agosto de 2022, a prefeitura lançou uma consulta pública sobre o sistema. A previsão anunciada na ocasião era de que a implantação do sistema custaria cera de R$ 70 milhões por ano. Porém, em resposta ao Tribunal de Contas do Município, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana apresentou a estimativa, baseada em três orçamentos, de um gasto de R$ 704,6 milhões em cinco anos - o dobro do valor apresentado no ano passado. A concorrência vai priorizar as propostas que tiverem menor preço.

Das 20 mil câmeras que devem ser instaladas na cidade, 1,5 mil devem ser colocadas no perímetro do projeto de intervenção urbana do setor central, segundo a prefeitura. A área abrange especialmente o centro histórico, nos bairros da Sé e da República, mas também a região expandida dos distritos do Brás, Belém, Pari, Bom Retiro e Santa Cecília. Atualmente, a prefeitura tem, por meio da Companhia de Engenharia de Tráfego, 427 câmeras em toda a cidade.

RECONHECIMENTO

O TCM havia suspendido o edital em dezembro do ano passado após receber seis representações em relação a concorrência. A licitação foi liberada no final de abril, após a prefeitura apresentar resposta a 35 pontos levantados durante a análise. Entretanto, segundo nota do tribunal, "durante os votos, os conselheiros demonstraram preocupação com o uso de algoritmos de inteligência artificial para reconhecimento facial, especialmente no que diz respeito à preservação dos direitos e liberdades individuais previstos na Constituição Federal".

Na nova versão do edital, um dos itens determina que a empresa deverá apresentar um relatório de como reduzir os riscos em relação a análise dos dados coletados pelo sistema. Na matriz de riscos, anexa ao texto do pregão, é apontada a "alta probabilidade" de acesso não autorizado a dados pessoais.

De acordo com o documento, as medidas para conter esses riscos devem seguir as definições da Lei Geral de Proteção de Dados. O texto lembra ainda que "Brasil é um alvo constante de ataques cibernéticos" que podem levar a exposição das informações contidas no sistema.

As informações de reconhecimento facial que, de acordo com o edital, vão permitir identificar pessoas mesmo com o uso de barba, óculos ou diferentes cortes de cabelo, serão usadas para localizar foragidos da Justiça, em cruzamento de informações com outros órgãos, com o Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo. Pessoas consideradas suspeitas também poderão ser rastreadas pelas câmeras.

O TCM também questionou a prefeitura sobre os riscos da tecnologia violar os direitos de cidadãos, especialmente pessoas negras. A primeira versão do texto divulgado pela administração municipal dizia que o monitoramento seria feito a partir de características como "cor, face, roupas, forma do corpo/aspecto físico". Na atual, o edital diz que serão usadas informações como "cor predominante das roupas, forma do corpo/aspecto físico e outras características".

O edital aponta ainda como risco de "probabilidade alta" falhas na tecnologia de reconhecimento facial que podem levar a identificação errada de pessoas. Para reduzir esses problemas, o documento apresenta as recomendações de que sejam feitos testes regulares da inteligência artificial e treinamento para melhorar a precisão do sistema. Além disso, a empresa deverá ter políticas e procedimentos claros para lidar com casos desse tipo.

DISCRIMINAÇÃO

A vereadora Silvia da Bancada Feminista (PSOL) entrou com uma ação civil pública pedindo a suspensão do edital Smart Sampa afirmando que há risco de discriminação com uso da tecnologia de reconhecimento facial. "No Brasil, nas localidades em que essa tecnologia já foi testada, a apurou se que 90,5% das pessoas presas por meio da tecnologia do reconhecimento facial, eram negras", afirma o texto que pede uma decisão liminar da Justiça de São Paulo contra o sistema.

No embasamento da ação, o mandato destaca ainda que mesmo no relatório do TCM que analisou o edital parece haver pouca preocupação com o tema. "Não há em todo o relatório sequer a menção a palavra raça, e qualquer derivado do radical discriminação aparece somente uma vez, totalmente en passant", acrescentou.

Em janeiro, o promotor estadual Reynaldo Mapelli Junior instaurou inquérito para apurar o risco de discriminação com uso da tecnologia, especialmente a pessoas em situação de rua.

EQUADOR

Lasso dissolve Parlamento e convoca novas eleições

O presidente do Equador, Guillermo Lasso, dissolveu ontem a Assembleia Nacional, hoje controlada pela oposição, e convocou novas eleições presidenciais e legislativas para interromper um processo de impeachment contra ele, motivado por acusações de desvio de dinheiro.

A medida está prevista na Constituição do país, mas nunca havia sido utilizada antes. Ela permite que o presidente governe por decreto até que um novo pleito seja realizado, em até seis meses —na prática, de acordo com analistas, esse prazo pode se estender a oito meses devido aos ritos eleitorais.

A ferramenta, chamada de "morte cruzada", pode ser acionada em três casos: se o Legislativo assumir funções que não lhe correspondam, se obstruir o governo "de forma reiterada e injustificada" ou devido a uma grave crise política e comoção interna. Lasso cita esse último motivo no decreto desta quarta-feira.

"Notifique-se o Conselho Nacional Eleitoral para que convoque eleições dentro de sete dias", diz o documento, que também solicita a notificação do Parlamento, unicameral, ressaltando que não há direito a reparação ou indenização pela perda dos cargos.

"Equatorianas e equatorianos: esta é a melhor decisão para dar uma saída constitucional à crise política e comoção interna que o Equador está enfrentando e devolver ao povo equatoriano o poder de decidir seu futuro nas próximas eleições", publicou o presidente, um ex-banqueiro de direita de 67 anos, no Twitter.

Seu governo já vinha indicando a possibilidade de publicar o decreto, como afirmou o secretário jurídico da Presidência, Juan Pablo Ortiz, na segunda-feira. O próximo presidente eleito assumirá pelos cerca de 18 meses restantes do mandato, até as eleições de 2025 —Lasso, que é reprovado por 80% da população, ainda não indicou se vai concorrer.

Pela manhã, militares cercaram o prédio da Assembleia Nacional para impedir a entrada de legisladores ou funcionários. Logo depois, as Forças Armadas e a Polícia Nacional divulgaram um vídeo nas redes sociais dizendo que "manterão inalterável a posição de absoluto respeito à Constituição e às leis".

"A posição da Assembleia Nacional de processar politicamente o primeiro mandatário se baseou em uma disposição da Carta fundamental. Da mesma maneira, a decisão do senhor presidente da República de dissolver a Assembleia Nacional se fundamenta no artigo 148 da Constituição, portanto [...] deve ser respeitada por todos os cidadãos", disse o porta-voz militar.

Assim, a situação é diferente da ocorrida no Peru, em dezembro, quando o então presidente Pedro Castillo tentou dar um golpe e foi preso. A dissolução do Congresso também é um dispositivo válido no país, mas exige que o Parlamento rejeite ao menos dois votos de confiança do governo, o que não aconteceu.

No Equador, grande parte da oposição recebeu a decisão de "morte cruzada" com tranquilidade e deve acatá-la. Grupos como o Partido Social Cristão (PSC), porém, indicaram que vão pedir a anulação do decreto à Corte Constitucional, porque consideram que não existe uma grave crise política ou comoção interna no país, como alega Lasso.

Essa Corte é um órgão autônomo do Equador, atualmente formado por cinco juízas e quatro juízes constitucionais —eles chegam ao cargo por meio de um concurso, após serem indicados por membros do Executivo, Legislativo e associações civis. A abertura do processo de impeachment passou pelo tribunal.

Na semana passada, a Assembleia votou no mesmo sentido, e o julgamento se iniciou ontem. Era a segunda vez em menos de um ano que Lasso passava por um processo político. Em junho de 2022, o procedimento terminou a 12 votos de sua destituição e ocorreu em meio a violentos protestos indígenas contra o alto custo de vida.

Além das dificuldades na governabilidade e da situação econômica, a gestão do presidente vem enfrentando uma grave crise na segurança. A taxa de homicídios no país quase dobrou de 2021 para 2022, passando de 14 para 25 mortes a cada 100 mil habitantes, e mais de 420 detentos foram mortos em massacres em presídios, em razão de brigas de quadrilhas de narcotráfico.

Diante da escalada de crimes, Lasso recentemente autorizou o porte de armas por civis e declarou estado de emergência e toque de recolher em algumas regiões, como a cidade portuária de Guayaquil, coração econômico do país e origem da maior parte das drogas no Equador. Foi ali que o presidente nasceu e começou sua carreira política.

Ele ocupou os cargos de presidente-executivo do Banco Guayaquil e governador da província de Guayas antes de se tornar, em 1999, ministro da Economia de Jamil Mahuad, presidente que substituiu a moeda nacional pelo dólar. Lasso é considerado um liberal na economia e conservador nos costumes.

No processo de impeachment, o presidente foi acusado de peculato, ou seja, desvio de dinheiro público, por supostamente ter mantido contratos de transportes de petróleo que geraram prejuízos milionários. Ele nega as acusações, diz que os acordos foram firmados antes de assumir o poder e alega que a votação não era válida, pois não contou com um relatório da Comissão de Fiscalização, que o isentou do crime.

No primeiro dia de julgamento, dois parlamentares apresentaram a acusação, e o presidente se defendeu diante do plenário. Depois, abriu-se o debate em que os congressistas falariam por até dez minutos cada um, o que poderia durar alguns dias. Terminada essa fase, o presidente da Assembleia convocaria a votação final em até cinco dias. Mas agora todo o processo foi interrompido.

A principal força de oposição contra Lasso é a coalizão Unión por la Esperanza (Unes), que reúne movimentos de centro e esquerda que apoiam o ex-presidente Rafael Correa (2007-2017) —o ex-líder equatoriano vive na Bélgica desde que deixou o poder e foi condenado por corrupção no país, algo que atribui a perseguição política.

A segunda força é o Partido Social Cristão (PSC), legenda conservadora que se aliou ao atual presidente nas últimas eleições, mas depois rompeu os laços. A esses grupos se somam integrantes do forte movimento indígena Pachakutik e da Esquerda Democrática, além de outros legisladores independentes.

O PSC e a Unes, sozinhos, concentravam 69 das 137 cadeiras da Assembleia, contra apenas 37 do partido governista Creando Oportunidades (Creo) e aliados. Assim, a chance de Lasso ser afastado era vista como significativa, apesar do clima de incerteza —eram necessários 92 votos.

Se isso ocorresse, seria o segundo impeachment em 44 anos de democracia no Equador. Em 1997, o advogado Abdalá Bucaram foi retirado da cadeira presidencial após apenas seis meses de mandato, sob o argumento de incapacidade mental. Protestos nas ruas também derrubaram presidentes em 2000 e 2005.

FRANÇA

Sarkozy perde recurso e Justiça mantém pena de prisão domiciliar

O ex-presidente da França Nicolas Sarkozy perdeu o recurso que havia apresentado contra sua condenação em primeira instância por corrupção e tráfico de influência de 2021. Ontem, a Corte de Apelações de Paris determinou a manutenção da pena que o líder recebeu à época, que inclui um ano de prisão domiciliar com uso de tornozeleira eletrônica.

Advogada do ex-presidente, Jacqueline Laffont afirmou que sua defesa levará o caso à Corte de Cassações, equivalente francês do Supremo Tribunal Federal. Sarkozy não começará a cumprir a pena determinada nesta quarta-feira até que seu caso tenha sido julgado pela mais alta instância judiciária do país.

Sarkozy, 68, ouviu a decisão da manutenção de sua pena do banco dos réus. Ele tinha o semblante tenso, e deixou a corte sem dar declarações a jornalistas. A sentença dada a ele inclui ainda a perda de seus direitos políticos por três anos, o que significa que ele não pode votar ou se candidatar a um cargo público durante o período.

O ex-presidente foi condenado em primeira instância em março de 2021. A decisão foi considerada histórica por se tratar da primeira vez em que um ex-líder francês foi julgado culpado por um caso de corrupção ocorrido durante seu mandato —Jacques Chirac, antecessor de Sarkozy, também havia sido condenado por corrupção, mas seu processo era relativo a irregularidades cometidas quando ele era prefeito de Paris, e não ocupante do Palácio do Eliseu.

As acusações contra Sarkozy têm origem em apurações iniciadas pela Promotoria francesa em 2014. Então, investigadores envolvidos em outro caso, que apurava se o ex-presidente tinha recebido recursos da ditadura líbia para financiar sua campanha de 2007, haviam instalado escutas nos seus telefones. Sem querer, depararam-se com duas linhas de telefone pré-pagas e não oficiais que, adquiridas sob o pseudônimo de Paul Bismuth, eram usadas por Sarkozy para conversar com seu advogado e amigo Thierry Herzog.

A acusação apresentou gravações com diálogos entre Sarkozy e Herzog que sugeriam que o então presidente havia pedido a Gilbert Azibert, juiz da Corte de Cassações, fornecesse a ele informações confidenciais sobre o andamento de uma outra investigação contra o líder, envolvendo a herdeira da empresa de cosméticos L'Oréal, Liliane Bettencourt — Sarkozy era suspeito de ter se aproveitado da senilidade dela para obter doações acima do teto legal para financiar a mesma campanha de 2007.

Em troca, o ex-presidente teria prometido ajudar Azibert a conseguir um cargo no Conselho de Estado de Mônaco, um órgão principalmente simbólico que tem como função aconselhar o príncipe monegasco (atualmente Alberto II) em questões relativas à segurança pública e à Justiça.

Sarkozy foi condenado porque o tribunal de Paris entendeu que houve um "pacto de corrupção" entre ele, Herzog e Azibert —os três receberam originalmente a mesma sentença. A defesa do ex-presidente alega que o julgamento não tem validade porque se baseou em escutar ilegais. Além disso, cita como principal falta de evidência o fato de que Azibert não conseguiu o cargo que supostamente queria. No entanto, sob a lei francesa, o crime de corrupção pode consistir em simples ofertas ou promessas. Além disso, Azibert também teria tentado influenciar o julgamento de seus colegas magistrados.

ACUSAÇÕES

Salles 'fica devendo' respostas à Prefeitura

O deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) enviou ofício à Prefeitura de São Paulo na terça-feira passada em que cita inquérito policial já arquivado que investiga supostas irregularidades na administração municipal.

O documento foi protocolado por Salles quase um mês após ele ter sido notificado pela Controladoria Geral do Município a especificar a quais denúncias de corrupção se referiu em discurso em um evento de ativistas de direita, no dia 15 de abril.

Na ocasião, Salles, que é pré-candidato a prefeito no ano que vem, acusou o atual ocupante do cargo, Ricardo Nunes (MDB), de ser um "ícone do centrão" e de abrigar em sua gestão diversas máfias, em áreas como asfalto e lixo.

Na resposta, em tom genérico, o deputado federal não apresenta detalhes das acusações e chega a dizer que não faz "imputações delitivas concretas a qualquer pessoa que seja".

Ao mesmo tempo, "terceiriza" as acusações para o inquérito policial 2306584-20.2022.180404, aberto a pedido da Subprocuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo em novembro do ano passado.

Nota

PRESIDENTE DE PORTUGAL SANCIONA LEI QUE AUTORIZA EUTANÁSIA NO PAÍS

Após ver o Parlamento confirmar pela quinta vez a descriminalização da eutanásia, o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, promulgou a lei sobre tema na noite de terça-feira passado. O chefe de Estado português, originalmente de um partido de centro-direita e católico praticante, havia vetado o texto em outras ocasiões, alegando questões jurídicas ou pedindo mais esclarecimentos. Antes de entrar em vigor, a regra sobre a eutanásia ainda precisa ser regulamentada. O governo tem oficialmente 90 dias, a partir da data da promulgação, para aprovar o conjunto de regras e os detalhes para sua aplicação -a legislação entra em vigor 30 dias após a publicação de sua regulamentação. Como o Partido Socialista tem maioria absoluta na Casa, a tramitação não deve ser um entrave. Apesar do histórico de atrasos para regulamentação e da necessidade de nova promulgação presidencial, a expectativa é a de que a morte medicamente assistida seja efetivamente possível a partir do último trimestre deste ano. Políticos de oposição já anteciparam que pretendem contestar a lei na Justiça. Em duas oportunidades, o presidente remeteu o texto aprovado pelos deputados para a corte máxima do país. Por questões bastante específicas, o Tribunal Constitucional considerou a lei inconstitucional, mas deixou a porta aberta para a aprovação da lei, desde que com modificações. Na última vez em que vetou o texto, em 19 de abril, o presidente luso fez uso do chamado veto político. A proposta foi então devolvida ao Parlamento com pedidos de esclarecimentos adicionais.